

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	19
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	20
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	23
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	82
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	85
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.516.732
Preferenciais	164.014
Total	9.680.746
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.881.981	4.644.524
1.01	Ativo Circulante	1.189.922	1.067.731
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.362	2.080
1.01.02	Aplicações Financeiras	607.463	415.081
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	475.913	279.496
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	475.913	279.496
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	131.550	135.585
1.01.03	Contas a Receber	222.030	264.222
1.01.03.01	Clientes	158.219	190.254
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	158.219	190.254
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	63.811	73.968
1.01.04	Estoques	25.981	16.007
1.01.06	Tributos a Recuperar	88.627	55.474
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	88.627	55.474
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.075	1.255
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	243.384	313.612
1.01.08.03	Outros	243.384	313.612
1.01.08.03.02	Ativo Financeiro da Concessão	89.141	89.141
1.01.08.03.03	Rede Básica de Sistema Existente - RBSE	154.243	224.471
1.02	Ativo Não Circulante	3.692.059	3.576.793
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.350.795	2.398.018
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9	9
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	9	9
1.02.01.04	Contas a Receber	4.012	4.164
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	4.012	4.164
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	161.292	251.417
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	39.918	35.998
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	48.162	144.460
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	73.212	70.959
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.185.482	2.142.428
1.02.01.10.03	Tributos à Recuperar	5	5
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	53.697	40.748
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro da Concessão	741.492	700.172
1.02.01.10.06	Rede Básica de Sistema Existente - RBSE	1.388.184	1.399.409
1.02.01.10.07	Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda	2.104	2.094
1.02.02	Investimentos	752.626	588.019
1.02.02.01	Participações Societárias	752.626	588.019
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	510.483	487.136
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	242.143	100.883
1.02.03	Imobilizado	550.271	563.588
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	513.225	524.533
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	37.046	39.055
1.02.04	Intangível	38.367	27.168
1.02.04.01	Intangíveis	38.367	27.168

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1.02.04.01.02	Softwares	38.367	27.168

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.881.981	4.644.524
2.01	Passivo Circulante	758.710	778.330
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.954	32.726
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	36.954	32.726
2.01.02	Fornecedores	235.810	243.102
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	235.810	243.102
2.01.03	Obrigações Fiscais	58.856	22.401
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	58.621	22.359
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	41.397	2.001
2.01.03.01.02	Contribuição ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	5.663	5.662
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.663	7.072
2.01.03.01.04	Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP	0	1.517
2.01.03.01.05	Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.264	1.770
2.01.03.01.06	Outros	3.634	4.337
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	235	42
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	235	42
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.132	28.224
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	27.132	28.224
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.702	6.691
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	20.430	21.533
2.01.05	Outras Obrigações	242.903	235.611
2.01.05.02	Outros	242.903	235.611
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	140.000	140.000
2.01.05.02.04	Obrigações da Concessão	67.460	66.386
2.01.05.02.05	Outros Passivos	35.443	29.225
2.01.06	Provisões	157.055	216.266
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	157.055	216.266
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	22.331	17.780
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	130.046	196.115
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	4.678	2.371
2.02	Passivo Não Circulante	1.760.915	1.541.895
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	538.545	377.730
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	538.545	377.730
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	46.930	50.175
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	491.615	327.555
2.02.02	Outras Obrigações	73.514	69.172
2.02.02.02	Outros	73.514	69.172
2.02.02.02.05	Obrigações com a Concessão	11.795	9.563
2.02.02.02.07	Outros Passivos	61.719	59.609
2.02.03	Tributos Diferidos	222.454	243.319
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	222.454	243.319
2.02.04	Provisões	926.402	851.674
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	926.402	851.674

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	609	571
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	91.376	65.916
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	757.113	704.896
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	77.304	80.291
2.03	Patrimônio Líquido	2.362.356	2.324.299
2.03.01	Capital Social Realizado	915.633	588.447
2.03.02	Reservas de Capital	0	327.186
2.03.04	Reservas de Lucros	1.869.192	1.869.192
2.03.04.01	Reserva Legal	20.415	20.415
2.03.04.02	Reserva Estatutária	40.832	40.832
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	194.505	194.505
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.009.304	1.009.304
2.03.04.11	Dividendos Remanescentes	604.136	604.136
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	46.654	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-469.123	-460.526

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	251.277	483.650	224.529	392.693
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	75.510	148.119	83.038	155.442
3.01.02	Disponibilização do Sistema de Transmissão	145.498	282.033	101.199	204.204
3.01.03	Remuneração do Ativo Financeiro	29.559	59.787	18.333	21.707
3.01.04	Energia Elétrica de Curto Prazo	24.191	43.488	22.364	33.933
3.01.05	Receita de Construção	28.703	53.566	33.240	53.317
3.01.06	PIS e COFINS	-27.916	-54.594	-18.235	-34.687
3.01.07	Quota RGR	-579	-1.350	0	0
3.01.08	Outros Encargos	-3.030	-6.627	-3.253	-7.345
3.01.09	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-11.710	-22.632	-3.386	-14.968
3.01.10	Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT	-2.682	-5.226	-1.941	-3.262
3.01.11	Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-785	-1.586	-704	-1.209
3.01.12	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-5.482	-11.328	-6.126	-14.439
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-150.510	-314.862	-144.223	-264.387
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-22.692	-95.664	-23.133	-43.485
3.02.02	Custo de Operação	-127.818	-219.198	-121.090	-220.902
3.03	Resultado Bruto	100.767	168.788	80.306	128.306
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-33.383	-33.338	-15.273	-12.028
3.04.01	Despesas com Vendas	314	2.577	-4.733	-5.357
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.381	-42.124	-20.168	-38.026
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.155	6.000	3.546	6.976
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-29.372	-43.609	-13.061	-20.719
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.901	43.818	19.143	45.098
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	67.384	135.450	65.033	116.278
3.06	Resultado Financeiro	-64.142	-70.654	-5.717	9.662
3.06.01	Receitas Financeiras	13.084	32.833	17.721	40.265
3.06.02	Despesas Financeiras	-77.226	-103.487	-23.438	-30.603
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.242	64.796	59.316	125.940

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.808	-23.168	-7.449	-16.927
3.08.01	Corrente	-24.683	-40.973	-8.329	-12.688
3.08.02	Diferido	8.875	17.805	880	-4.239
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-12.566	41.628	51.867	109.013
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-12.566	41.628	51.867	109.013
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,00000	-4,00000	5,00000	11,00000
3.99.01.02	PN	-1,00000	-4,00000	5,00000	11,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-1,00000	-4,00000	5,00000	11,00000
3.99.02.02	PN	-1,00000	-4,00000	5,00000	11,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-12.566	41.628	51.868	109.013
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-9.108	-5.280	-36.390	-8.166
4.02.01	Varição no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-11.953	-6.929	-36.390	650
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Outros Resultados Abrangentes	2.845	1.649	0	-8.816
4.03	Resultado Abrangente do Período	-21.674	36.348	15.478	100.847

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	154.566	-46.885
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	166.422	48.410
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	41.628	109.013
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos de Longo Prazo	61.663	-3.583
6.01.01.03	Variações Monetárias do Passivo não Circulante	0	13.862
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-43.818	-94.250
6.01.01.05	Constituição de Provisão para Passivos e Outras	29.369	23.556
6.01.01.06	Encargo de Dívidas Provisionados	9.107	0
6.01.01.07	Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.577	5.357
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-17.805	4.239
6.01.01.09	Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	1.831	0
6.01.01.10	Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	-6.647	-6.442
6.01.01.11	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	81.453	-15.019
6.01.01.12	Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	12.218	11.677
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-48.337	-95.771
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	34.612	-14.978
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-33.153	-5.444
6.01.02.03	Dividendos Recebidos	16.078	0
6.01.02.04	Estoques	-9.974	-3.327
6.01.02.05	Investimentos em Títulos do Governo	3.753	3.650
6.01.02.06	Pagamentos Antecipados	180	29
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-12.949	-782
6.01.02.08	Ativo Financeiro da Concessão	-41.320	-51.577
6.01.02.09	Bens e Direitos Destinado à Alienação	-10	0
6.01.02.10	Contas a Receber	153	0
6.01.02.11	Outros Créditos a Receber	7.903	-8.110
6.01.02.12	Fornecedores	-7.292	-7.097
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas	4.228	396
6.01.02.14	Provisão para Benefícios a Empregados	-13.852	-13.681
6.01.02.15	Obrigações da Concessão	3.306	12.185
6.01.02.16	Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	0	-3.969
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	-3.066
6.01.03	Outros	36.481	476
6.01.03.01	Obrigações Fiscais	36.455	-1.186
6.01.03.02	Pagamento de Encargos de Dívidas	-8.604	-6.527
6.01.03.03	Outros Passivos	8.630	8.189
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-56.424	42.671
6.02.01	Aumento do Investimento	-48.410	-64.443
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.920	108.212
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	0	-1.098
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-11.934	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	97.557	4.496
6.03.01	Incremento de Empréstimos e Financiamentos	110.175	-12.869

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-12.618	17.365
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	195.699	282
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	281.576	33.846
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	477.275	34.128

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.186	-327.186	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	327.186	-327.186	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.654	-8.597	38.057
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	41.628	0	41.628
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	5.026	-8.597	-3.571
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	5.026	-5.026	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	1.709	1.709
5.05.02.08	Varição Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-6.929	-6.929
5.05.02.09	IR e CS sobre a Varição Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	1.649	1.649
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.869.192	46.654	-469.123	2.362.356

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	116.912	-4.182	112.730
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.013	0	109.013
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	7.899	-4.182	3.717
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	7.899	-7.899	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	2.882	2.882
5.05.02.08	Varição Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	650	650
5.05.02.09	IR e CS sobre a Varição Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	185	185
5.07	Saldos Finais	588.447	0	2.057.206	116.912	-468.102	2.294.463

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	592.404	457.662
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	586.993	468.603
7.01.02	Outras Receitas	2.834	-5.584
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.577	-5.357
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-173.177	-127.527
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-95.664	-43.485
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.668	-22.618
7.02.04	Outros	-61.845	-61.424
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-1.340	-381
7.02.04.02	Custo de Construção	-53.566	-53.317
7.02.04.03	Outras Despesas Operacionais	-6.939	-7.726
7.03	Valor Adicionado Bruto	419.227	330.135
7.04	Retenções	-48.499	-26.576
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.407	-11.217
7.04.02	Outras	-37.092	-15.359
7.04.02.01	Provisões	-37.092	-15.359
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	370.728	303.559
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	76.651	85.363
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	43.818	45.098
7.06.02	Receitas Financeiras	32.833	40.265
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	447.379	388.922
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	447.379	388.922
7.08.01	Pessoal	150.582	154.562
7.08.01.01	Remuneração Direta	65.070	73.910
7.08.01.02	Benefícios	22.150	19.095
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.466	5.809
7.08.01.04	Outros	56.896	55.748
7.08.01.04.01	Plano de Benefícios Previdenciais	51.947	24.947
7.08.01.04.02	Compromissos Previdenciais	4.949	30.801
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	148.892	92.030
7.08.02.01	Federais	143.900	90.784
7.08.02.02	Estaduais	671	0
7.08.02.03	Municipais	4.321	1.246
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	106.277	33.317
7.08.03.02	Aluguéis	2.790	2.714
7.08.03.03	Outras	103.487	30.603
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	103.487	30.603
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	41.628	109.013
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.628	109.013

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.958.049	4.726.199
1.01	Ativo Circulante	1.193.326	1.072.322
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.171	4.981
1.01.02	Aplicações Financeiras	608.487	415.937
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	476.937	280.352
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	476.937	280.352
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	131.550	135.585
1.01.03	Contas a Receber	212.994	255.418
1.01.03.01	Clientes	158.622	190.681
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	158.622	190.681
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	54.372	64.737
1.01.04	Estoques	25.981	16.007
1.01.06	Tributos a Recuperar	88.771	55.592
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	88.771	55.592
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.138	1.333
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	253.784	323.054
1.01.08.03	Outros	253.784	323.054
1.01.08.03.02	Rede Básica de Sistema Existente - RBSE	154.243	224.471
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro da Concessão	99.541	98.583
1.02	Ativo Não Circulante	3.764.723	3.653.877
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.596.852	2.508.608
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9	9
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	9	9
1.02.01.04	Contas a Receber	41.696	44.048
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	41.696	44.048
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	113.130	106.957
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	39.918	35.998
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	73.212	70.959
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.442.017	2.357.594
1.02.01.10.03	Tributos à Recuperar	5	5
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	81.423	43.471
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro da Concessão	970.301	912.615
1.02.01.10.06	Rede Básica de Sistema Existente - RBSE	1.388.184	1.399.409
1.02.01.10.07	Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda	2.104	2.094
1.02.02	Investimentos	387.994	364.648
1.02.02.01	Participações Societárias	387.994	364.648
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	387.994	364.648
1.02.03	Imobilizado	741.132	753.076
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	496.672	507.980
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	244.460	245.096
1.02.04	Intangível	38.745	27.545
1.02.04.01	Intangíveis	38.745	27.545
1.02.04.01.02	Softwares	38.745	27.545

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.958.049	4.726.199
2.01	Passivo Circulante	809.434	836.816
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.959	32.739
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	36.959	32.739
2.01.02	Fornecedores	281.292	292.011
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	281.292	292.011
2.01.03	Obrigações Fiscais	62.007	26.704
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	61.772	26.662
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	41.426	2.463
2.01.03.01.02	Contribuição ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	7.527	8.196
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.666	7.095
2.01.03.01.04	Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP	0	1.517
2.01.03.01.05	Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.264	1.770
2.01.03.01.06	Outros	4.889	5.621
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	235	42
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	235	42
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.132	28.224
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	27.132	28.224
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.702	6.691
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	20.430	21.533
2.01.05	Outras Obrigações	244.989	240.872
2.01.05.02	Outros	244.989	240.872
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	140.000	140.000
2.01.05.02.04	Obrigações da Concessão	67.460	66.386
2.01.05.02.05	Outros Passivos	37.529	34.486
2.01.06	Provisões	157.055	216.266
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	157.055	216.266
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	22.331	17.780
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	130.046	196.115
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	4.678	2.371
2.02	Passivo Não Circulante	1.769.863	1.550.769
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	538.545	377.730
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	538.545	377.730
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	46.930	50.175
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	491.615	327.555
2.02.02	Outras Obrigações	82.462	78.046
2.02.02.02	Outros	82.462	78.046
2.02.02.02.05	Obrigações com a Concessão	11.795	9.563
2.02.02.02.06	Obrigações Fiscais	6.763	7.096
2.02.02.02.07	Outros Passivos	63.904	61.387
2.02.03	Tributos Diferidos	222.454	243.319
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	222.454	243.319
2.02.04	Provisões	926.402	851.674

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	926.402	851.674
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	609	571
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	91.376	65.916
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	757.113	704.896
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	77.304	80.291
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.378.752	2.338.614
2.03.01	Capital Social Realizado	915.633	588.447
2.03.02	Reservas de Capital	0	327.186
2.03.04	Reservas de Lucros	1.869.192	1.869.192
2.03.04.01	Reserva Legal	20.415	20.415
2.03.04.02	Reserva Estatutária	40.832	40.832
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	194.505	194.505
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.009.304	1.009.304
2.03.04.11	Dividendos Remanescentes	604.136	604.136
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	46.654	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-469.123	-460.526
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	16.396	14.315

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	264.696	502.413	231.981	403.544
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	75.610	148.377	83.620	156.024
3.01.03	Disponibilização do Sistema de Transmissão	145.650	282.337	101.200	204.204
3.01.04	Remuneração do Ativo Financeiro	32.253	65.124	21.326	27.653
3.01.05	Energia Elétrica de Curto Prazo	24.191	43.488	22.364	33.933
3.01.06	Receita de Construção	39.220	66.518	37.142	57.666
3.01.07	PIS e COFINS	-27.960	-54.682	-18.261	-34.713
3.01.08	Quota RGR	-579	-1.350	0	0
3.01.09	Outros Encargos	-3.030	-6.627	-3.253	-7.345
3.01.10	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-11.710	-22.632	-3.386	-14.968
3.01.11	Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT	-2.682	-5.226	-1.941	-3.262
3.01.12	Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-785	-1.586	-704	-1.209
3.01.13	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-5.482	-11.328	-6.126	-14.439
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-161.146	-327.937	-148.126	-268.736
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-22.692	-95.664	-23.135	-43.485
3.02.02	Custo de Operação	-138.454	-232.273	-124.991	-225.251
3.03	Resultado Bruto	103.550	174.476	83.855	134.808
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-36.001	-38.574	-18.056	-17.291
3.04.01	Despesas com Vendas	314	2.577	-4.733	-5.357
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.870	-42.923	-20.426	-38.641
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.155	6.000	3.547	6.976
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-29.293	-43.623	-13.187	-20.964
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.693	39.395	16.743	40.695
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	67.549	135.902	65.799	117.517
3.06	Resultado Financeiro	-64.149	-70.681	-6.188	9.026
3.06.01	Receitas Financeiras	13.104	32.889	17.733	40.291
3.06.02	Despesas Financeiras	-77.253	-103.570	-23.921	-31.265
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.400	65.221	59.611	126.543

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.836	-23.223	-7.506	-17.037
3.08.01	Corrente	-24.711	-41.028	-8.386	-12.798
3.08.02	Diferido	8.875	17.805	880	-4.239
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-12.436	41.998	52.105	109.506
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-12.436	41.998	52.105	109.506
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-12.566	41.628	51.867	109.013
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	130	370	238	493
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,00000	4,00000	5,00000	11,00000
3.99.01.02	PN	-1,00000	4,00000	5,00000	11,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-1,00000	4,00000	5,00000	11,00000
3.99.02.02	PN	-1,00000	4,00000	5,00000	11,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-12.437	41.998	52.102	109.507
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-9.108	-5.280	-36.390	-8.166
4.02.01	Varição no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-11.953	-6.929	-36.390	650
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Outros Resultados Abrangentes	2.845	1.649	0	-8.816
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-21.545	36.718	15.712	101.341
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-21.674	36.348	15.478	100.847
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	129	370	234	494

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	110.345	-58.503
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	167.475	47.365
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	41.988	109.506
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	61.663	-3.583
6.01.01.03	Variações Monetárias do Passivo não Circulante	0	13.862
6.01.01.04	Encargo de Dívida Provisionado	9.107	0
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-39.386	-89.842
6.01.01.06	Constituição de Provisão para Passivos e Outras	29.369	23.556
6.01.01.07	Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	12.218	11.677
6.01.01.08	Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.577	5.357
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-17.805	4.239
6.01.01.10	Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	1.831	0
6.01.01.11	Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	-6.647	-6.442
6.01.01.12	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	81.453	-15.019
6.01.01.13	Outros	-3.739	-5.946
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-76.725	-105.372
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	34.629	-14.893
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-33.164	-5.537
6.01.02.03	Dividendos Recebidos	16.078	0
6.01.02.04	Estoques	-9.974	-3.327
6.01.02.05	Investimentos em Títulos do Governo	3.753	3.650
6.01.02.06	Pagamentos Antecipados	197	49
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-37.952	-902
6.01.02.08	Ativo Financeiro da Concessão	-41.320	-51.577
6.01.02.09	Bens e Direitos Destinados à Alienação	-10	0
6.01.02.10	Contas a Receber	177	0
6.01.02.11	Outros Créditos a Receber	7.903	-7.686
6.01.02.12	Fornecedores	-10.719	-17.019
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas	4.223	401
6.01.02.14	Provisão para Benefícios a Empregados	-13.852	-13.681
6.01.02.15	Obrigações da Concessão	3.306	12.185
6.01.02.16	Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	0	-3.969
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	-3.066
6.01.03	Outros	19.595	-496
6.01.03.01	Obrigações Fiscais	34.301	-1.385
6.01.03.02	Pagamento de Encargos de Dívidas	-8.604	-6.527
6.01.03.03	Outros Passivos	-6.102	7.416
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-106.949	32.686
6.02.01	Aumento de Investimentos	-48.410	-64.443
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-32.280	108.566
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-14.325	-11.437
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-11.934	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	190.379	25.404

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.03.01	Incremento de Empréstimos e Financiamentos	110.175	-12.869
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-12.618	17.365
6.03.03	Integralização de Capital Social	50.851	0
6.03.04	Partes Relacionadas	41.971	20.908
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	193.775	-413
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	285.333	37.654
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	479.108	37.241

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299	14.315	2.338.614
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	327.186	1.869.192	0	-460.526	2.324.299	14.315	2.338.614
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.186	-327.186	0	0	0	0	1.711	1.711
5.04.01	Aumentos de Capital	327.186	-327.186	0	0	0	0	1.711	1.711
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.654	-8.597	38.057	370	38.427
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	41.628	0	41.628	370	41.998
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	5.026	-8.597	-3.571	0	-3.571
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	5.026	-5.026	0	0	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	1.709	1.709	0	1.709
5.05.02.08	Variacao Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-6.929	-6.929	0	-6.929
5.05.02.09	IR e CS sobre a Variação Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	1.649	1.649	0	1.649
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.869.192	46.654	-469.123	2.362.356	16.396	2.378.752

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733	17.534	2.199.267
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733	17.534	2.199.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	116.912	-4.182	112.730	593	113.323
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.013	0	109.013	593	109.606
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	7.899	-4.182	3.717	0	3.717
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	7.899	-7.899	0	0	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	2.882	2.882	0	2.882
5.05.02.08	Variação Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	650	650	0	650
5.05.02.09	IR e CS sobre a Variação Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	185	185	0	185
5.07	Saldos Finais	588.447	0	2.057.206	116.912	-468.102	2.294.463	18.127	2.312.590

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	611.889	468.539
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	606.478	479.480
7.01.02	Outras Receitas	2.834	-5.584
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.577	-5.357
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-187.220	-132.212
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-95.664	-43.485
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.064	-22.784
7.02.04	Outros	-75.492	-65.943
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-1.340	-381
7.02.04.02	Custo de Construção	-67.152	-57.666
7.02.04.03	Outras Despesas Operacionais	-7.000	-7.896
7.03	Valor Adicionado Bruto	424.669	336.327
7.04	Retenções	-48.499	-26.576
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.407	-11.217
7.04.02	Outras	-37.092	-15.359
7.04.02.01	Provisões	-37.092	-15.359
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	376.170	309.751
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	72.285	80.986
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.396	40.695
7.06.02	Receitas Financeiras	32.889	40.291
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	448.455	390.737
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	448.455	390.737
7.08.01	Pessoal	150.991	154.969
7.08.01.01	Remuneração Direta	65.473	74.128
7.08.01.02	Benefícios	22.155	19.282
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.467	5.809
7.08.01.04	Outros	56.896	55.750
7.08.01.04.01	Plano de Benefícios Previdenciais	51.947	24.949
7.08.01.04.02	Compromissos Previdenciais	4.949	30.801
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	149.092	92.283
7.08.02.01	Federais	144.100	91.037
7.08.02.02	Estaduais	671	0
7.08.02.03	Municipais	4.321	1.246
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	106.374	33.979
7.08.03.02	Aluguéis	2.804	2.714
7.08.03.03	Outras	103.570	31.265
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	103.570	31.265
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	41.998	109.506
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.998	109.506

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

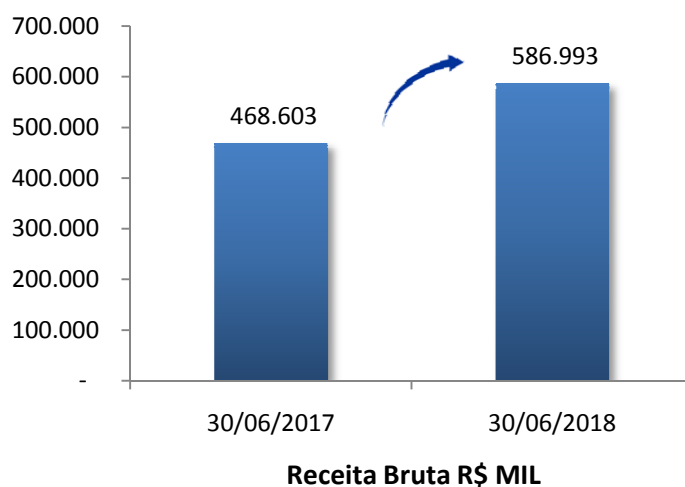
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 30 de Junho de 2018 e 2017

	30/06/2018	30/06/2017	Δ %
Receita Operacional Bruta.....	586.993	468.603	25,26
Deduções da Receita Operacional.....	(103.343)	(75.911)	36,14
Receita Operacional Líquida.....	483.650	392.693	23,16
Custo do Serviço de Energia Elétrica.....	(314.862)	(264.387)	19,09
Custo com Energia Elétrica.....	(95.664)	(43.485)	120,00
Custo de Operação.....	(219.198)	(220.902)	(0,77)
Lucro Operacional Bruto.....	168.788	128.306	31,55
Despesas Operacionais.....	(79.990)	(63.175)	26,62
Outras Receitas.....	6.000	6.976	(14,00)
Outras Despesas.....	(3.166)	(927)	241,48
Resultado do Serviço.....	91.632	71.180	28,73
Depreciação e Amortização.....	11.592	11.294	2,64
Resultado de Participações Societárias.....	43.818	45.098	(2,84)
EBITDA.....	103.224	82.474	25,16
Margem EBITDA.....	21,34%	21,00%	1,62
Receita/Despesa Financeira.....	(70.654)	9.662	(831,25)
IR e CS.....	(23.168)	(16.927)	36,88
Resultado Líquido do Período.....	41.628	109.013	(61,81)

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta é valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT encerrou o mês junho de 2018 com uma receita operacional bruta de R\$586.993 milhões representando um acréscimo de 25,26% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$468.603 milhões.



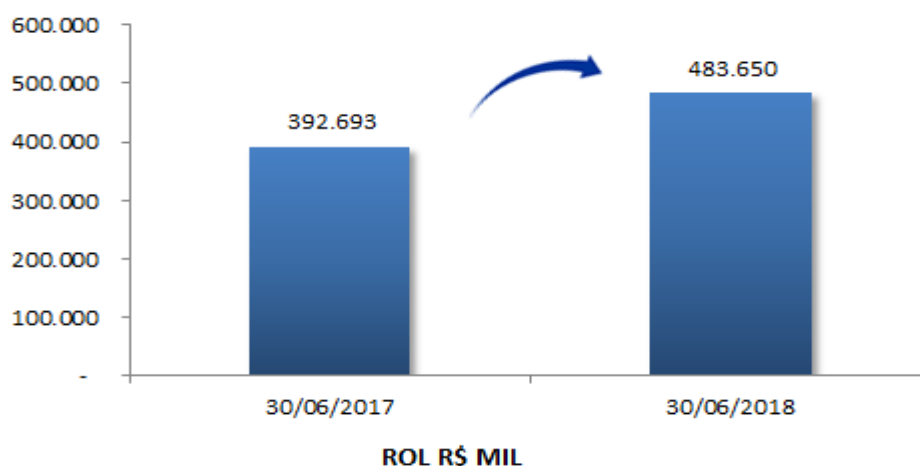
Comentário do Desempenho

Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional são os valores deduzidos diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre venda e os encargos intra-setoriais. As deduções da receita operacional em junho de 2018 totalizaram R\$103.343 milhões.

Receita Operacional Líquida - ROL

A ROL é basicamente o faturamento deduzido de encargos e tributos, tais como os impostos sobre venda e os encargos intra-setoriais. A receita líquida em junho de 2017 foi de R\$392.693 milhões, já em junho de 2018 foi de R\$483.650 milhões, refletindo uma margem de 23,16%.



Custo do Serviço de Energia Elétrica

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços e se divide em Custo com Energia Elétrica e Custo de Operação. Observa-se que 2018 o Custo do Serviço de Energia Elétrica sofreu um acréscimo de 19,09% passando de R\$264.387 em junho de 2017 para R\$314.862 em junho de 2018, sendo que o Custo de Energia Elétrica comprada para revenda o item de maior impacto.

- Custo com Energia Elétrica: O custo com energia elétrica elevou-se em 119,99% passando de R\$43.485 milhões em junho de 2017 para R\$95.664 milhões em junho de 2018. Este incremento é preponderantemente explicado pelo registro das Recontabilizações CCEE Curto prazo.
- Custo de Operação: O custo de operação apresentou uma redução de 0,77% resultando em março de 2018 no valor de R\$219.198 milhões em comparação ano anterior no qual o custo era de R\$220.902 milhões. Esta variação é explicada pela redução na rubrica de Serviço de Terceiros.

As despesas operacionais são os gastos para a manutenção da atividade da empresa, inclui as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais. As despesas operacionais não apresentaram variação significativa.

Comentário do Desempenho

EBITDA

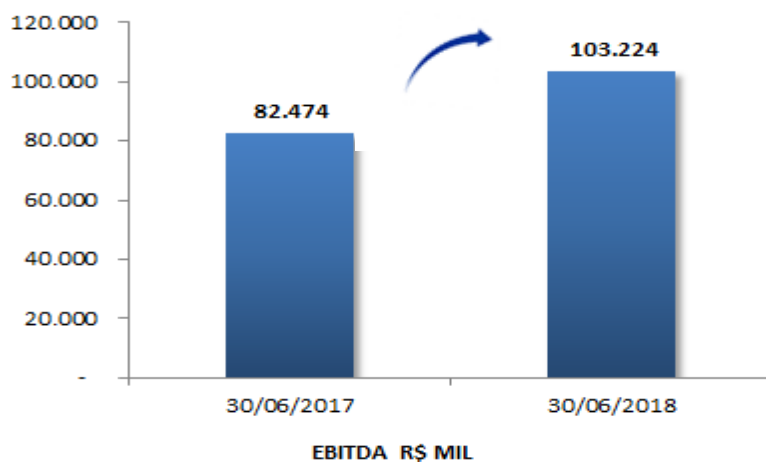
A composição do EBITDA de 30 de junho de 2018, bem como do mesmo período do ano anterior é de:

	30/06/2018	30/06/2017
Receita Operacional Líquida	483.650	392.693
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(314.862)	(264.387)
(-) Despesas/Receitas Operacionais (*)	(77.156)	(57.126)
= Resultado Operacional	91.632	71.180
(+) Depreciação/Amortização	11.592	11.294
EBTIDA	103.224	82.474
Margem EBTIDA	21,34%	21,00%

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

Em linhas gerais o EBTIDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, é o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

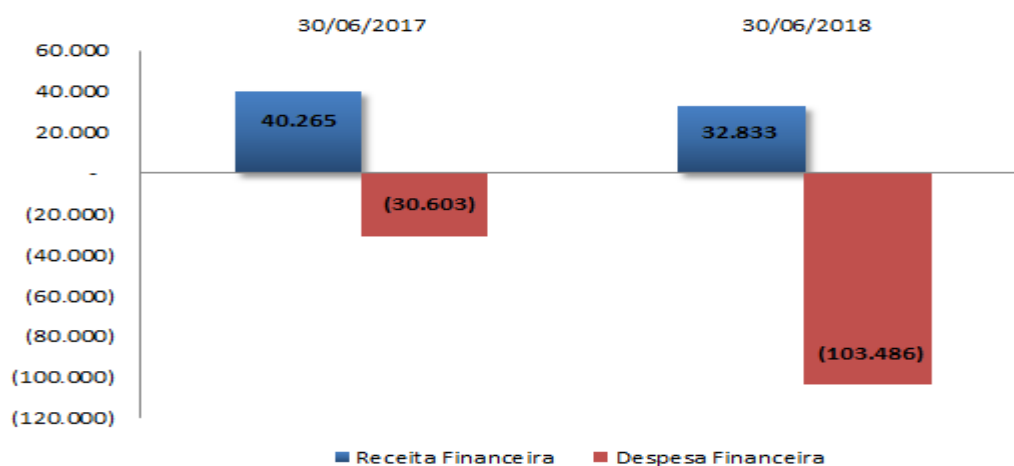
Em junho de 2018 o incremento de 25,16% no indicador EBITDA em comparação ao mesmo período do ano anterior deve-se, principalmente, ao incremento da receita operacional, em consequência do reajuste da Transmissora. Da mesma forma a margem do EBITDA apresentou acréscimo, passando de 21,00% em junho de 2017 para 21,34% em junho de 2018.



Comentário do Desempenho

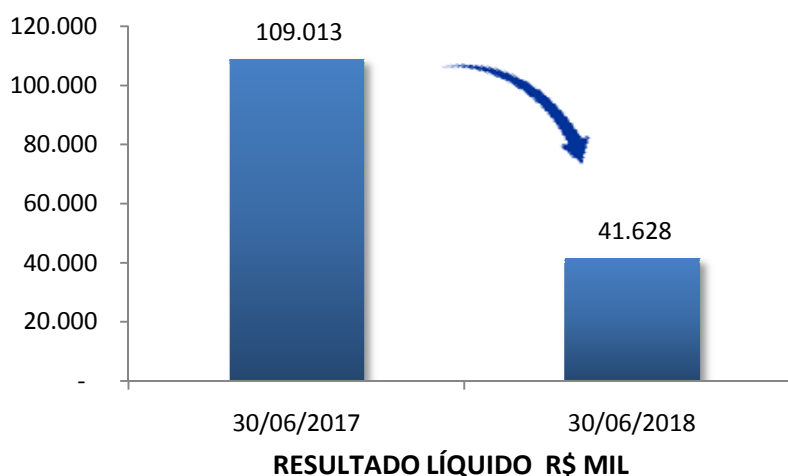
Resultado Financeiro

- Receita Financeira – No mês de junho de 2018, as receitas somaram R\$32.833 milhões, ocorrendo uma redução de 18,46% se comparadas com o mesmo período do ano anterior, no qual as receitas somavam R\$40.265 milhões, devido principalmente à redução da Renda de Aplicação Financeira.
- Despesa Financeira – Aumentou em 27,0%, passando de R\$30.603 milhões em junho de 2017 para R\$103.486 milhões em junho de 2018, devido principalmente à Variação Monetária e Cambial dos Empréstimos e Financiamentos e também a Despesa Financeira de Recontabilizações CCEE.



Resultado do Período

O resultado do período é obtido pela diferença entre todas as receitas e todas as despesas do período. Como consequência da combinação de todos os efeitos anteriormente mencionados, o lucro líquido em 30 de junho de 2018 alcançou R\$41.628 milhões, apresentando uma redução de 61,92% em relação ao mesmo período de 2017.



Notas Explicativas

Notas Explicativas

às Informações Trimestrais
em 30 de Junho de 2018

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (Companhia) com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 26 de novembro de 2006. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção (geração) e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

No segmento de transmissão, a CEEE-GT exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. Em janeiro de 2014 a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a sócia Zhejiang United Engineering CO Ltda, transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-GT. Ainda no exercício de 2014 foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$25.000, durante o exercício de 2015 foi integralizado o montante de R\$9.947 e no exercício de 2016 totalizaram R\$176.710 e integralizados pela CEEE-GT na Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 92,63% do capital integralizado.

No segmento de geração, a CEEE-GT também exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme descrito na nota explicativa nº 14.2.

1.1. Das Concessões

1.1.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro possibilitando a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Em atendimento à legislação, em 04/12/2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos.

Notas Explicativas

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei 12.783/13, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia para o regime de cotas.

Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS			Termo Final da Concessão		
					Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			
							Contrato de Concessão		1ª Prorrogação	2ª Prorrogação
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, ficou delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, sendo que, em paralelo, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões, em especial no que se refere à indenização dos investimentos ainda não depreciados inerentes às usinas renovadas. Vide nota explicativa nº 15.

1.1.1.1. Aspectos Regulatórios

a) Repactuação do Risco Hidrológico

As condições hidrológicas adversas ocorridas no último triênio, somada às decisões operativas e a outros fatores que influenciam no despacho da geração pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), afetaram financeiramente os agentes hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que, ao não conseguirem entregar energia suficiente para honrar seus contratos, ficaram expostos ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no Mercado de Curto Prazo (MCP).

A Companhia, com o objetivo de se proteger financeiramente dos valores a ela atribuídos a título de risco hidrológico, bem como do rateio dos valores proveniente de outros agentes protegidos judicialmente, ingressou com ação judicial e obteve decisão liminar, com efeitos a partir de março de 2015, limitando a redução, via Fator de Ajuste do MRE (GSF), a 5% da Garantia Física das usinas modeladas no perfil da CEEE-GT

Notas Explicativas

junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e que não foram objeto de renovação das Concessões prevista na Lei nº 12.783/2013.

A Lei nº 13.203, publicada em 9 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa ANEEL nº 684, publicada em 14 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes participantes do MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

A referida regulamentação apresentou propostas distintas para a energia contratada no ano de 2015 no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), porém ambas tinham como condição para a repactuação a retirada de qualquer ação judicial relativa ao tema, com resolução de mérito.

Devido à característica do portfólio de contratos de venda de energia em 2015, a Companhia teve quase que a totalidade de sua energia remetida à modalidade de repactuação no ACL, cuja proposta se caracteriza pela contratação de energia de reserva.

Em janeiro de 2016 a Administração decidiu por não aderir à proposta, mantendo a ação judicial em curso.

Em 2017, nos meses de abril e setembro, a Companhia teve decisões desfavoráveis em relação a sua liminar judicial, fato que culminou na reversão dos seus efeitos históricos em janeiro de 2018, a partir de deliberação do Conselho de Administração da CCEE.

Frente a esta cobrança a Companhia ingressou com requerimento administrativo na ANEEL, buscando um maior detalhamento do valor cobrado, bem como aguardar deliberação da Agência sobre eventual parcelamento dos débitos relativos à reversão de provimentos judiciais que limitavam a responsabilidade de geradores hidrelétricos no que toca ao ônus decorrente do GSF. Judicialmente a CEEE-GT conquistou mandado de segurança suspendendo a cobrança do respectivo débito e desonerando a Companhia de todos os eventuais ônus e sanções relacionados ao não aporte da garantia financeira e não pagamento do respectivo débito, até a apreciação definitiva na esfera administrativa acerca do requerimento administrativo apresentado pela Companhia.

1.1.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579, ficando delineado o montante de R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000, relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI.

Ainda, no que tange as instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL. Informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 13.

Notas Explicativas

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/13), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Companhia até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Estas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. Base de Preparação e Apresentação das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período findo em 30 de junho de 2018, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”)*, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR, as Informações Trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período coberto por estas Informações Trimestrais individuais e consolidadas, e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e Informações Trimestrais relativas aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017.

As Informações Trimestrais Compreendem:

a) Informações Trimestrais Individuais

As Informações Trimestrais Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas,

Notas Explicativas

uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB). Essas informações trimestrais individuais são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

b) *Informações Trimestrais Consolidadas*

As Informações Trimestrais Consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. E, quando aplicável, as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

3.1.1. Autorização e Emissão das Informações Trimestrais

A Administração da Companhia autorizou a emissão das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas em 13/08/2018.

3.1.2. Base de Mensuração

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.3. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.1.4. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados. Vide nota explicativa nº 27.

Notas Explicativas

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas Informações Trimestrais. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das informações trimestrais. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real.

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis.

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra provisão sobre contas a receber que a administração entende terem incerteza quanto ao seu recebimento. Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Financeiro da Concessão

O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

Notas Explicativas

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das informações trimestrais. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Vida útil do ativo imobilizado

A Administração da Companhia utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL 674, de 11 de agosto de 2015, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, limitado ao prazo de concessão.

3.3. Procedimento de Consolidação

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e das suas controladas a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

Empresas Controladas	% de Participação	
	30/06/2018	31/12/2017
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB	92,63%	90,40%
2 - Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
3 - Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
4 - Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais individuais e consolidadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 18 de abril de 2018.

Para melhor entendimento das informações apresentadas, as informações contábeis intermediárias devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e Informações Trimestrais relativas aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017.

4.1. Principais alterações nas normas contábeis

4.1.1 IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

Este normativo traz uma nova abordagem sobre a classificação, reconhecimento, mensuração e provisão para perdas esperadas em ativos e passivos financeiros. Anteriormente, esta abordagem era tratada no CPC38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Notas Explicativas

Um das principais mudanças apresentadas por essa nova prática contábil diz respeito à forma de registro das perdas esperadas para os ativos contratuais e financeiros. No modelo anterior, as perdas eram reconhecidas após transcorrido determinado tempo de inadimplência dos contratos ou ativos a receber. Já no novo modelo, as perdas são reconhecidas no momento em que houver sinalização de risco de crédito para o contrato ou ativo, risco este que possa prejudicar o fluxo de caixa esperado.

O CPC 48 estabelece que a entidade deve, em cada data do balanço, mensurar a provisão de perdas para seus instrumentos financeiros quando o risco de crédito tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Neste sentido, a Companhia realiza estudo com periodicidade mensal, acompanhando o comportamento de suas diversas carteiras de contratos há quinze meses, no intuito de identificar qualquer aumento significativo de risco de crédito para as mesmas. Das carteiras de contratos analisadas, destacam-se: Contratos de Prestação do Serviços de Transmissão (CPST); Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT); Contratos de operação e manutenção (O&M) e Contratos de Venda de Energia.

Conforme já divulgado nas Demonstrações Financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017, a Companhia não encontrou evidências que justifique qualquer reconhecimento de perda adicional para suas Informações Trimestrais de 30 de junho de 2018 por conta da adoção da nova norma contábil.

Por fim, a Companhia informa que os impactos de adoção, caso houvessem, seriam registrados desde 1º de janeiro de 2018 com base no método com efeito cumulativo, não aplicando a reapresentação com informações comparativas.

4.1.2. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes).

A nova Norma IFRS 15 / CPC 47 tem como princípio básico determinar quando uma receita deve ser reconhecida e como deve ser mensurada. Esta nova abordagem traz também a exigência do reconhecimento de receita pelo valor líquido das obrigações de desempenho que a entidade assumi ao longo do contrato. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18), Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A, Programas de Fidelidade com o Cliente (IFRIC 13).

Este pronunciamento especifica a contabilização de contrato individual com o cliente. Contudo, como expediente prático, a entidade pode aplicar este pronunciamento a uma carteira de contratos (ou de obrigações de desempenho) com características similares, se essa entidade, razoavelmente, esperar que os efeitos sobre as demonstrações contábeis da aplicação deste pronunciamento à carteira não difiram, significativamente, da aplicação deste pronunciamento aos contratos (ou obrigações de desempenho) individuais dentro dessa carteira. Ao contabilizar a carteira, a entidade deve utilizar estimativas e premissas que reflitam o tamanho e a composição da carteira.

Contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exigíveis. A exigibilidade dos direitos e obrigações em contrato é matéria legal. Contratos podem ser escritos, verbais ou sugeridos pelas práticas usuais de negócios da entidade. A entidade deve considerar essas práticas e processos ao determinar se e quando um acordo com o cliente cria direitos e obrigações exigíveis.

A Companhia realizou estudo sobre as características de todas as suas carteiras de contratos, com a finalidade de identificar qualquer impacto em suas demonstrações financeiras a partir de janeiro de 2018 produzido pela adoção da nova Norma IFRS15 / CPC47. Apresenta-se a seguir o resultado desta análise, construído mediante avaliação das cinco etapas que devem ser atendidas para o reconhecimento da receita segundo a nova Norma. As etapas são: Identificar o contrato com o cliente; Identificar as obrigações de desempenho do contrato; Determinar o preço da transação; Alocar o preço da transação; e Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a obrigação de desempenho é satisfeita / alcançada.

a) Contratos Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão – CPST

Contrato identificado entre as partes; obrigação de desempenho é a disponibilização das instalações; preço fixo mediante RAP anual homologada pela ANEEL; e a receita é reconhecida ao longo do tempo mediante satisfação da obrigação de desempenho.

Notas Explicativas

b) Contratos Conexão ao Sistema de Transmissão – CCT

Contrato identificado entre as partes; obrigação de desempenho é a disponibilização das instalações para acesso ao SIN; preço fixo mediante valor contratual; e a receita é reconhecida ao longo do tempo mediante satisfação da obrigação de desempenho.

c) Contratos de Operação e Manutenção - O&M

Contrato identificado entre as partes; obrigação de desempenho é a conclusão da prestação do serviço; preço fixo mediante valor contratual; e a receita é reconhecida ao longo do tempo mediante satisfação da obrigação de desempenho.

d) Contratos de Venda de Energia – CCAR e CCAL

Contrato identificado entre as partes; obrigação de desempenho é a entrega da energia; preço fixo mediante valor contratual; e a receita é reconhecida ao longo do tempo mediante satisfação da obrigação de desempenho.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Numerário Disponível	5.1	1.362	2.080	2.171	4.981
Aplicações Financ. de Liq. Imediata - SIAC/BANRISUL	5.2	475.913	279.496	476.937	280.352
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		477.275	281.576	479.108	285.333
NÃO CIRCULANTE					
Fundo Bradesco Empresas		9	9	9	9
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		9	9	9	9

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$1.362 (R\$2.080 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$475.913 (R\$279.496 em 31 de dezembro de 2017) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Suprimento de Energia	19.648	22.946	19.648	22.946
Encargos de uso da Rede	96.290	104.093	96.693	104.520
Energia de Curto Prazo - CCEE	47.362	73.367	47.362	73.367
Títulos de Crédito a Rebeber	555	463	555	463
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(5.636)	(10.615)	(5.636)	(10.615)
	158.219	190.254	158.622	190.681

6.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$5.636 (R\$10.615 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa relativos a valores de concessionárias, permissonárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			30/06/2018
	31/12/2017	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	
Suprimento de Energia	1.602	23	(1.591)	34
Encargos de uso da Rede	9.013	1.006	(4.417)	5.602
	10.615	1.029	(6.008)	5.636

Notas Explicativas

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	600	565	600	565
INSS a Compensar	688	1.155	688	1.155
IRPJ e CSLL a Compensar	41.104	49.681	41.104	49.681
IRPJ e CSLL Saldo Negativo	46.235	4.073	46.379	4.191
	<u>88.627</u>	<u>55.474</u>	<u>88.771</u>	<u>55.592</u>
NÃO CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	2	2	2	2
IRPJ e CSLL a Compensar	1	1	1	1
Outros Créditos a Compensar	2	2	2	2
	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Estoque de Operação	26.463	16.489	26.463	16.489
(-) Provisão para Perdas	(482)	(482)	(482)	(482)
	<u>25.981</u>	<u>16.007</u>	<u>25.981</u>	<u>16.007</u>

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.1	7.520	7.175	7.520	7.175
Adiantamento a Fornecedores/Empregados.....		2.860	1.810	2.860	1.810
Aluguel de Postes e Serviços Prestados		9.960	9.617	9.960	9.617
Cedência de Funcionários	35	107	236	107	236
Conta Gráfica	9.2	1.281	5.802	1.281	5.802
Dividendos a Receber.....	9.3	1.719	20.886	1.719	20.886
Custos a Reembolsar.....	9.4	22.318	20.601	12.477	10.985
Outros Devedores		18.046	7.841	18.448	8.226
		<u>63.811</u>	<u>73.968</u>	<u>54.372</u>	<u>64.737</u>
NÃO CIRCULANTE					
Mútuo CEEE-D	9.5	73.212	70.959	73.212	70.959
Outros		4.012	4.164	41.696	44.048
		<u>77.224</u>	<u>75.123</u>	<u>114.908</u>	<u>115.007</u>

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$7.520 (R\$7.175 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características.

9.2. Conta Gráfica

O valor de R\$1.281 (R\$5.802 em 31 de dezembro de 2017) refere-se aos saldos de cedência de funcionários e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

Notas Explicativas

9.3. Dividendos a Receber

O valor de R\$1.719 (R\$20.886 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a dividendos declarados pelas investidas, compostos da seguinte forma: Chapecoense R\$8, Etau R\$1.176, Complexo Eólico Povo Novo R\$17 e Enerfin R\$518.

9.4. Custos a Reembolsar

O valor de R\$22.318 (R\$20.601 em 31 de dezembro de 2017) refere-se aos contratos de prestação de serviços, os quais tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras, principalmente com as investidas Povo Novo e TESB.

9.5. Mútuo CEEE-D

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuaria) no valor de até R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato alterando o valor para R\$300.000 (trezentos milhões de reais) e mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho 1.384 de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$335.212 (trezentos e trinta e cinco milhões duzentos e doze mil).

Em 28 de setembro de 2017, através do Despacho 3.331, a ANEEL anuiu a celebração de Termo de Dação de Imóvel em Pagamento e Quitação Parcial do Contrato de Mútuo com a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas, CAENMF, pertencente a CEEE D, permitindo amortizar R\$293.869 (duzentos e noventa e três milhões, oitocentos e sessenta e nove mil reais) do Contrato de Mútuo. O referido Termo de Dação em Pagamento foi assinado em 23 de outubro de 2017.

O saldo do contrato de Mútuo corrigido mensalmente pela CDI perfaz o montante de R\$73.212.

Data do Evento	Histórico	Valor
30/06/2018	Parcelas Liberadas até 30/06/2018	335.212
30/06/2018	Atualização até 30/06/2018	53.408
30/06/2018	Parcelas Recebidas até 30/06/2018	(315.408)
NÃO CIRCULANTE		<u>73.212</u>

10. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Investimentos em Títulos do Governo	131.550	135.585	131.550	135.585
	<u>131.550</u>	<u>135.585</u>	<u>131.550</u>	<u>135.585</u>

10.1. Descrição

O saldo de R\$131.550 (R\$135.585 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à liquidação judicial do processo Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica –

Notas Explicativas

ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$ 1.209.304 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos da Companhia junto à Receita Federal do Brasil – RFB e junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN que totalizavam o montante de R\$55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$1.153.631, os quais foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a.
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012, 18/12/2012 e 17/12/2013 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranche para a Companhia no valor de R\$451.310, de R\$459.759 e de R\$365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.

10.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como “Ativos Financeiros mantidos até o vencimento” levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrassetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

A Companhia considerou as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- a intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.
- as NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas a Concessionária não possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2035 e 2045.
- as NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

10.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a. calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

10.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo		Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2017	135.585		8.874	(3.267)	-	-
Atualização pela taxa efetiva.....	6.646		-	-	6.646	-
Valorização do valor justo	(6.929)		-	(6.929)	-	-
Juros Recebidos.....	(3.752)		-	-	-	-
Efeito tributário.....	-		(67)	1.649	-	(1.582)
Posição em 30/06/2018	131.550		8.807	(8.547)	6.646	(1.582)

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Depósitos Judiciais.....	53.697	40.748	81.423	43.471
	53.697	40.748	81.423	43.471

O valor de R\$53.697 (R\$40.748 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 23).

12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante	89.141	89.141	99.541	98.583
Não Circulante	741.492	700.172	970.301	912.615
	830.633	789.314	1.069.842	1.011.198

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão sob os quais a Companhia obtém remuneração do capital investido.

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002, no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e no Segundo termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 025/2000, a Administração entende que a aplicação do modelo “financeiro” é o que melhor representa o negócio de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infra-estrutura construída é recuperada por meio da RAP (Receita Anual Permitida), a qual contempla os seguintes valores:

- I. receita para cobrir os custos de operação e manutenção (O&M) da infra-estrutura vinculada aos contratos de concessão; e
- II. receita para amortização do capital investido na infra-estrutura a serviço da concessão. Esta parcela de receita é definida mediante a metodologia do WACC (*weighted average cost of capital*), a qual estabelece a remuneração mínima para o investimento realizado.

Notas Explicativas

No caso de extinção da concessão, os bens reversíveis e classificados no ativo financeiro, ainda não amortizados pela RAP, serão indenizados pelo poder concedente ou por outro órgão por ele delegado para tal atribuição.

Em 30 de Junho de 2018, o valor de R\$ 830.633 é composto por R\$42.012, referente aos bens vinculados ao Contrato de Concessão nº 080/2002, por R\$724.027, referente ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$64.594 refere-se ao Contrato de Concessão nº 025/2000. O registro é demonstrado por seu valor líquido, deduzido da perda por valor recuperável para aquelas obras que não possuem Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL, uma vez que ainda não há homologação de receita para indenização destes investimentos em andamento.

12.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

	CONSOLIDADO				Total
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011 TESB	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	698.902	44.342	46.069	221.885	1.011.198
(+) Receita de Construção (Adições).....	34.321	-	19.245	13.586	67.152
(+) Receita Financeira.....	29.984	6.059	1.386	5.337	42.766
(-) Baixas.....	(1.180)	-	-	-	(1.180)
(+) Reversão da Perda de Valor recuperável.....	-	-	-	8.357	8.357
(-) Amortização do período.....	(38.000)	(8.389)	(2.106)	(1.903)	(50.398)
(-) Outros.....	-	-	-	(8.053)	(8.053)
Saldo em 30 de Junho de 2018	724.027	42.012	64.594	239.209	1.069.842
Em 30 de Junho de 2018 - Circulante	68.451	16.936	3.754	10.400	99.541
Em 30 de Junho de 2018 - Não Circulante	655.576	25.076	60.840	228.809	970.301

Em 2017 a Companhia reverteu provisão para perda do valor recuperável do Contrato de Concessão nº 055/2001, no valor de R\$ 299.248, com impacto no resultado do período. Os ativos do Contrato de Concessão nº 055/2001 alcançados pela Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, classificados como Ativo Financeiro, não fizeram parte do escopo dos bens indenizados pela União por ocasião da renovação em 2012, por este motivo houve a constituição da Provisão para Perda. Porém, estes ativos possuem Receita Anual Permitida – RAP de R\$ 84.553, definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/2017, de 27 de junho de 2017, contemplando a remuneração do capital e o custo e operação e manutenção das novas instalações e melhorias que entraram em operação após a renovação da concessão. Não havendo necessidade da manutenção da Provisão.

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/2017 de 27 de junho de 2017 para os ativos do Contrato de Concessão nº 080/2002, classificados como Ativo Financeiro, é de R\$24.742.

Os ativos do Contrato de Concessão nº 025/2000 alcançados pela Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, classificados como Ativo Financeiro, tem sua receita anual de R\$ 70.821 definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/2017, de 04 de julho de 2017, contemplando o valor de R\$ 3.754 de receita adicional para a remuneração do capital e investimentos em melhorias que entraram em operação após a renovação da concessão.

De acordo com os Artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

Notas Explicativas

12.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Companhia quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão Nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 1.1.2.1).

12.4. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

13. Rede Básica do Sistema Existente – RBSE

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante	154.243	224.471	154.243	224.471
Não Circulante	1.388.184	1.399.409	1.388.184	1.399.409
	<u>1.542.427</u>	<u>1.623.880</u>	<u>1.542.427</u>	<u>1.623.880</u>

O Montante de R\$1.542.427 (R\$ 1.623.880 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à parcela dos ativos de transmissão não depreciados e existentes em 31 de maio de 2000 pertencentes à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, os quais conforme previsão da Lei Nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, em seu §2º, art. 15º, são passíveis de indenização pela União.

Na sequência deste processo de indenização dos ativos vinculados à RBSE, a ANEEL divulgou a Resolução Normativa nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definindo os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. Nesse sentido, considerando os comandos da Resolução ANEEL, a CEEE-GT, em 27 de dezembro de 2013, enviou ao órgão regulador o cronograma para realização do laudo de avaliação que valoraria estes ativos considerando o critério de valor novo de reposição.

Notas Explicativas

Foi concluído em 23 de março de 2015 o Relatório de Avaliação Patrimonial para Indenização da Rede Básica da CEEE-GT, elaborado pela Consultoria American Appraisal. O referido relatório foi entregue na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 29 de abril de 2015. Conforme a REN nº 589/13 no artigo 6º, a ANEEL tinha um prazo de 150 dias para validar as informações, sendo 30 dias contados a partir da data de protocolo para manifestar o aceite do laudo de avaliação enviado pela companhia e mais 120 dias a partir do aceite para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

Finalmente, conforme Despacho Nº 1.643 emitido pela ANEEL em 16 de junho de 2016, a CEEE-GT obteve como montante homologado de indenização pertinente aos ativos não totalmente depreciados e existentes em 31 de maio de 2000, o valor de R\$836.283, na data base de 31 de dezembro de 2012. Sendo que o valor bruto dos bens para fins de indenização (Valor Novo de Reposição - VNR) totalizou R\$ 2.741.278, conforme processo nº 48500.000805/2014-52.

Dentro deste contexto, foi emitida em 20 de abril de 2016 a Portaria Nº 120 MME, a qual estabeleceu que os valores homologados pela ANEEL a título dos ativos não depreciados em 31 de maio de 2000, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das transmissoras, sendo o custo de capital destes adicionados às suas Receitas Anuais Permitidas – RAP.

Também determinou a Portaria, que o custo de capital destes ativos será reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, passando pelo reajuste e revisão conforme as regras previstas nos contratos de concessão, e deverá incorporar a RAP a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Além disso, a Portaria Nº 120 MME determinou que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária, deve ser atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio, real, do segmento de transmissão, definido pela ANEEL.

Desta maneira, o montante final de R\$1.542.427 (R\$ 1.623.880 em 31 de dezembro de 2017) é composto pelo valor homologado para fins de indenização, pertinente aos bens da Rede Básica Sistema Existente – RBSE, adicionado do custo de capital (remuneração e depreciação) atualizado até 30 de junho de 2018, sendo este remunerado pelo custo de capital próprio do segmento, cálculo este efetuado na melhor estimativa da administração considerando os dados e informações disponíveis.

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.....	872.446	707.840	507.814	484.469
Avaliadas pelo método de custo.....	3.024	3.024	3.024	3.024
(-) Provisão Para Redução Ao Valor Recuperável.....	(122.844)	(122.845)	(122.844)	(122.845)
	<u>752.626</u>	<u>588.019</u>	<u>387.994</u>	<u>364.648</u>

14.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-GT estão classificados nos seguintes seguimentos de negócio:

Hídrico	Transmissão	Eólico
CERAN	TESB	Ventos de Curupira
Jaguari	FOTE	Ventos de Povo Novo
Chapecoense	TSLE	Ventos de Vera Cruz
ENERCAN	TPAE	Palmares
	Etau	Ventos da Lagoa
		Ventos do Litoral
		Ventos do Sul
		Ventos dos Índios

Notas Explicativas

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	30/06/2018		31/12/2017	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB.....	342.190	92,63%	255.475	90,40%
Ventos de Curupira.....	55.929	99,99%	39.768	99,99%
Ventos de Povo Novo.....	24.639	99,99%	14.108	99,99%
Ventos de Vera Cruz.....	62.759	99,99%	38.581	99,99%
Coligadas				
FOTE.....	54.870	49,00%	54.870	49,00%
TSLE.....	379.681	49,00%	379.681	49,00%
Ceran.....	510.000	30,00%	510.000	30,00%
TPAE.....	20.350	20,00%	20.350	20,00%
Jaguari.....	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Etau.....	34.895	10,00%	34.895	10,00%
Palmares.....	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa.....	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral.....	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul.....	140.964	10,00%	140.964	10,00%
Ventos dos Índios.....	63.641	10,00%	63.641	10,00%
Chapecoense.....	714.509	9,00%	714.509	9,00%
Enercan.....	200.787	6,51%	200.787	6,51%

14.3 Controladas

14.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. – TESB.

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão das seguintes Linhas e Subestações pelo prazo de 30 anos.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT.

Em 2016 a Companhia integralizou capital na investida no montante de R\$ 176,7 milhões, mediante a emissão de 176.710.061 novas ações, mantendo sua participação no empreendimento em 90,40%.

Em janeiro deste ano houve nova integralização por parte da CEEE-GT no montante de R\$ 86,02 milhões, mediante a emissão de 86.020.000 novas ações, sendo acompanhada pela acionista Procable e havendo cedência de quotas por parte da acionista Zhejiang United Engineering CO Ltda, evento que culminou no aumento de participação na controlada, resultando em um controle de 92,63% das ações. Não houve ágio decorrente da operação.

A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é 92,63% do capital social subscrito, totalizando R\$ 316,9 milhões.

14.3.2. Complexo Eólico Povo Novo

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 55MW.

Em 05 de fevereiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou Despacho nº 276 habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013 referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE GT participa de 3 consórcios vencedores relativo ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira cuja potência instalada é de 25MW;
- Consórcio Povo Novo formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo cuja potência instalada é de 7,5MW;

Notas Explicativas

- Consórcio Fazenda Vera Cruz formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz cuja potência instalada é de 22,5MW;

Em 26 de fevereiro de 2014 foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A cujo capital social subscrito em cada empresa foi de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

No exercício de 2017 foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital, nos montantes de R\$ 14,1 milhões no Ventos de Povo Novo, R\$ 39,7 milhões no Ventos de Curupira e R\$ 38,5 milhões no Ventos de Vera Cruz. Já no exercício de 2018 ocorreu nova integralização nos montantes de 10,5 milhões em Ventos de Povo Novo, R\$ 16,1 milhões em Ventos de Curupira e R\$24,1 milhões em Ventos de Vera Cruz, mantendo a participação nos empreendimentos em 99,99%, não havendo ágio na operação.

Ademais, salienta-se que a Companhia divulgou em 13 de dezembro de 2017, Fato Relevante acerca da autorização para contratação de consultoria especializada, pela Diretoria Colegiada, para realizar a modelagem de eventual desinvestimento nas geradoras do Complexo Eólico Povo Novo.

14.3.3 Impairment

Para o exercício de 2016 a companhia estimou o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas TESB e Complexo Eólico Povo Novo, com base no valor em uso, sendo este mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados.

Os fluxos de caixa foram projetados com base no resultado operacional e projeções dos empreendimentos até o término das concessões.

A controlada TESB registrou em suas demonstrações um Impairment de R\$ 84,2 milhões em 2016 e R\$87,8 milhões em 2017.

Já no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo foi registrado R\$ 104,3 milhões com perda de valor recuperável no empreendimento em 2016 e R\$ 9 milhões em 2017, sendo todo montante contabilizado na controladora CEEE-GT.

14.4. Coligadas

14.4.1. Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A - FOTE

Em novembro de 2013, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A, constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A – FOTE, com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LOTE I – Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A;
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C1;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C2;
- SE 230/138 kV Pinhalzinho, 3 x 150 MVA; e
- SE 230/138 kV Santa Maria 3, 2 x 83 MVA (novo pátio)

14.4.2. Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT e a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

Notas Explicativas

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LT Nova Santa Rita, com extensão aproximada de 281Km, com origem na SE Nova Santa Rita e término na SE Campo Novo;
- LT Povo Novo - Marmeleiro, com extensão aproximada de 154Km, com origem na SE Povo Novo e término na SE Marmeleiro;
- LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, com extensão aproximada de 52Km, com origem na SE Marmeleiro e término na SE Santa Vitória do Palmar;
- SE 525/230 kV Povo Novo;
- SE 525kV Marmeleiro;
- SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar; e
- Instalações de Transmissão de Rede Básica na SE Povo Novo.

14.4.3. Companhia Energética Rio das Antas – CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponde a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a terceira unidade geradora.

14.4.4. Transmissora Porto Alegreense Ltda. - TPAE

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada Transmissora Porto Alegreense de Energia Ltda. - TPAE com a seguinte composição acionária: Procable – 80% e CEEE-GT – 20%.

Transmissora Porto Alegreense de Energia Ltda. - TPAE venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-GT seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais, e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable seria responsável pela preparação do projeto básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

14.4.5 Jaguari Energética S.A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Companhia reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor

Notas Explicativas

financiaria o capital próprio da Companhia caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.6. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU, firmou Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à linha de transmissão Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.7. Parques Eólicos Palmares S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$890.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.8. Ventos da Lagoa Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$687.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3 em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.9. Ventos do Litoral Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nestas sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$507.

Notas Explicativas

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3 em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.10. Ventos do Sul Energia S.A

Em 15 de dezembro de 2014 a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$18.174.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios com capacidade total de geração de 150MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade está disposto abaixo:

	30/06/2018
Contraprestação Efetivamente Transferida.....	35.000
Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade	168.264
Ativos Circulantes.....	80.879
Ativos não Circulantes.....	422.459
Passivos Circulantes.....	(98.623)
Passivos não Circulantes.....	(236.451)
Valor justo líquido (Participação de 10%).....	(16.826)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	18.174

14.4.11. Ventos dos Índios Energia S.A

Em 30 de junho de 2015 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$7.243.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.12 Chapecoense Geração S.A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S.A e a Chapecoense Geração S.A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, sociedade por ações de propósito específicas – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S.A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

Notas Explicativas

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.13. Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S.A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.5. Informações Trimestrais das Investidas

14.5.1. Informações Trimestrais Controladas

Balanco Patrimonial	30/06/2018			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	742	361	165	565
Outros Ativos Circulantes.....	10.909	363	84	29
Ativo Não Circulante.....	300.444	78.267	34.878	78.094
	<u>312.095</u>	<u>78.991</u>	<u>35.127</u>	<u>78.688</u>
Passivo e Patrimônio Líquido				
Outros Passivos Circulantes.....	11.556	22.214	10.117	13.703
Outros Passivos Não Circulantes.....	60.290	2.103	1.072	3.338
Patrimônio Líquido.....	240.249	54.674	23.938	61.647
	<u>312.095</u>	<u>78.991</u>	<u>35.127</u>	<u>78.688</u>
	30/06/2018			
Demonstração do Resultado	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Receita Operacional Líquida.....	18.505	117	37	104
Custo de Operação.....	(13.075)	-	-	-
Lucro Bruto.....	5.430	117	37	104
Despesas Operacionais.....	(307)	(239)	(91)	(176)
Resultado Financeiro.....	(51)	(3)	7	19
Lucro Antes dos Impostos.....	5.072	(125)	(47)	(53)
Impostos sobre o Lucro.....	(55)	-	-	-
Lucro líquido.....	<u>5.017</u>	<u>(125)</u>	<u>(47)</u>	<u>(53)</u>

14.5.2. Informações Trimestrais Controladas e Coligadas

	30/06/2018						
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressaltados pelo auditor	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Ajustes ressaltados pelo auditor	Lucro (prejuízo) ajustado
Controladas							
TESB.....	341.688	240.249	-	240.249	5.017	-	5.017
Ventos de Curupira.....	55.929	54.674	-	54.674	(125)	-	(125)
Ventos de Povo Novo.....	24.639	23.938	-	23.938	(23)	-	(23)
Ventos de Vera Cruz.....	62.759	61.647	-	61.647	(17)	-	(17)
Coligadas							
FOTE.....	54.870	99.987	-	99.987	(2.209)	-	(2.209)
TSLE.....	379.861	404.368	-	404.368	15.792	-	15.792
Ceran.....	120.000	292.329	-	292.329	46.525	-	46.525
TPAE.....	20.350	14.263	-	14.263	574	-	574
Jaguari.....	17.680	21.260	-	21.260	224	-	224
Etau.....	34.895	78.806	-	78.806	9.016	-	9.016
Palmares.....	114.116	137.367	-	137.367	965	-	965
Ventos da Lagoa.....	88.701	112.747	-	112.747	225	-	225
Ventos do Litoral.....	102.901	109.215	-	109.215	449	-	449
Ventos do Sul.....	140.964	181.059	-	181.059	8.888	-	8.888
Ventos dos Índios.....	63.641	83.183	-	83.183	(1.713)	-	(1.713)
Chapecoense.....	714.509	1.106.020	-	1.106.020	131.067	-	131.067
Enercan.....	200.787	499.465	-	499.465	98.045	-	98.045

Notas Explicativas

14.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.137	2.160	2.137	2.160
Piratini Energia S.A.....	10	10	10	10
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	876	876	876	876
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(354)	(354)	(354)
	<u>2.669</u>	<u>2.692</u>	<u>2.669</u>	<u>2.692</u>

14.6.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- Eletrosul.

14.6.2. Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S.A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

14.7. Movimentação dos investimentos

	CONTROLADORA					Saldos em 30/06/2018
	Saldos em 31/12/2017	Aumento de Capital	Impairment	Equivalência Patrimonial	Dividendos	
Controladas						
TESB.....	124.588	86.020	-	4.647	-	215.255
Ventos de Curupira.....	(11.231)	16.156	-	(134)	-	4.791
Ventos de Povo Novo.....	(4.678)	10.529	-	(57)	-	5.794
Ventos de Vera Cruz.....	(7.796)	24.162	-	(63)	-	16.303
Coligadas						
FOTE.....	10.158	-	-	(1.082)	-	9.076
TSLE.....	191.753	-	-	6.408	-	198.161
Ceran.....	73.743	-	-	13.957	(11.368)	76.332
TPAE.....	2.732	-	-	119	-	2.851
Jaguari.....	1.697	-	-	48	-	1.745
Etau.....	9.437	-	-	902	(1.028)	9.311
Palmares.....	13.642	-	-	96	-	13.738
Ventos da Lagoa.....	11.253	-	-	22	-	11.275
Ventos do Litoral.....	11.971	-	-	53	-	12.024
Ventos do Sul.....	22.862	-	-	889	-	23.751
Ventos dos Índios.....	8.489	-	-	(171)	-	8.318
Chapecoense.....	84.950	-	-	11.796	-	96.746
Enercan.....	22.635	-	-	6.388	(3.682)	25.341
Ágio Parques Eólicos.....	971	-	-	-	-	971
Ágio Ventos do Sul.....	18.174	-	-	-	-	18.174
	<u>585.350</u>	<u>136.867</u>	<u>-</u>	<u>43.818</u>	<u>(16.078)</u>	<u>749.957</u>

14.8. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Complexo Eólico Povo Novo.....	6.514	52.598	-	-
FOTE.....	39.918	35.998	39.918	35.998
TESB.....	41.648	91.862	-	-
	<u>88.080</u>	<u>180.458</u>	<u>39.918</u>	<u>35.998</u>

Notas Explicativas

15. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA							
	31/12/2016	Movimento	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/06/2018
Custo								
Barragens.....	766.633	-	766.633	-	-	-	-	766.633
Terrenos.....	16.154	-	16.154	-	-	-	-	16.154
Edificações.....	120.237	-	120.237	-	-	(4)	-	120.233
Máquinas e Equipamentos.....	597.369	(7.657)	589.712	-	(2.584)	290	-	587.418
Veículos.....	13.855	-	13.855	-	-	97	-	13.952
Móveis e Utensílios.....	4.210	-	4.210	-	(1)	-	-	4.209
	<u>1.518.458</u>	<u>(7.657)</u>	<u>1.510.801</u>	<u>-</u>	<u>(2.585)</u>	<u>383</u>	<u>-</u>	<u>1.508.599</u>
Depreciação								
Barragens.....	(667.595)	(10.108)	(677.703)	(5.052)	-	-	-	(682.755)
Edificações.....	(108.826)	(801)	(109.627)	(398)	-	-	-	(110.025)
Máquinas e Equipamentos.....	(476.399)	(1.074)	(477.473)	(5.701)	2.486	-	-	(480.688)
Veículos.....	(12.414)	(254)	(12.668)	(126)	-	(98)	-	(12.892)
Móveis e Utensílios.....	(3.462)	(80)	(3.542)	(39)	1	-	-	(3.580)
	<u>(1.268.696)</u>	<u>(12.317)</u>	<u>(1.281.013)</u>	<u>(11.316)</u>	<u>2.487</u>	<u>(98)</u>	<u>-</u>	<u>(1.289.940)</u>
Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)								
Fora do Escopo da Concessionária.....	19.660	293.870	313.530	-	-	-	-	313.530
Depreciação.....	(18.588)	(197)	(18.785)	(179)	-	-	-	(18.964)
	<u>1.072</u>	<u>293.673</u>	<u>294.745</u>	<u>(179)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>294.566</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>250.834</u>	<u>273.699</u>	<u>524.533</u>	<u>(11.495)</u>	<u>(98)</u>	<u>285</u>	<u>-</u>	<u>513.225</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>33.088</u>	<u>5.967</u>	<u>39.055</u>	<u>-</u>	<u>(1.719)</u>	<u>(285)</u>	<u>(5)</u>	<u>37.046</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>283.922</u>	<u>279.666</u>	<u>563.588</u>	<u>(11.495)</u>	<u>(1.817)</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>550.271</u>
	CONSOLIDADO							
	31/12/2016	Movimento	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/06/2018
Custo								
Barragens.....	766.633	-	766.633	-	-	-	-	766.633
Terrenos.....	24.848	-	24.848	-	-	-	-	24.848
Edificações.....	153.974	-	153.974	-	-	(4)	-	153.970
Máquinas e Equipamentos.....	551.978	(7.657)	544.321	-	(2.584)	290	-	542.027
Veículos.....	13.855	-	13.855	-	-	97	-	13.952
Móveis e Utensílios.....	4.329	-	4.329	-	(1)	-	-	4.328
	<u>1.515.617</u>	<u>(7.657)</u>	<u>1.507.960</u>	<u>-</u>	<u>(2.585)</u>	<u>383</u>	<u>-</u>	<u>1.505.758</u>
Depreciação								
Barragens.....	(666.659)	(10.108)	(676.767)	(5.052)	-	-	-	(681.819)
Edificações.....	(78.396)	(801)	(79.197)	(398)	-	-	-	(79.595)
Máquinas e Equipamentos.....	(521.523)	(1.074)	(522.597)	(5.701)	2.486	-	-	(525.812)
Veículos.....	(12.375)	(254)	(12.629)	(126)	-	(98)	-	(12.853)
Móveis e Utensílios.....	(3.467)	(80)	(3.547)	(39)	1	-	-	(3.585)
	<u>(1.282.420)</u>	<u>(12.317)</u>	<u>(1.294.737)</u>	<u>(11.316)</u>	<u>2.487</u>	<u>(98)</u>	<u>-</u>	<u>(1.303.664)</u>
Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)								
Fora do Escopo da Concessionária.....	19.667	293.870	313.537	-	-	-	-	313.537
Depreciação.....	(18.583)	(197)	(18.780)	(179)	-	-	-	(18.959)
	<u>1.084</u>	<u>293.673</u>	<u>294.757</u>	<u>(179)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>294.578</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>234.281</u>	<u>273.699</u>	<u>507.980</u>	<u>(11.495)</u>	<u>(98)</u>	<u>285</u>	<u>-</u>	<u>496.672</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>228.974</u>	<u>16.122</u>	<u>245.096</u>	<u>1.373</u>	<u>(1.719)</u>	<u>(285)</u>	<u>(5)</u>	<u>244.460</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>463.255</u>	<u>289.821</u>	<u>753.076</u>	<u>(10.122)</u>	<u>(1.817)</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>741.132</u>

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão, veículos e móveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados no alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e do apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, de forma que seu registro contábil não contempla valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

Estes ativos da Companhia, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

As taxas de depreciação utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens e estão em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL Nº 367, de 02 de junho de 2009, e suas alterações posteriores impostas pela Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

Notas Explicativas

- Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A partir do encerramento do exercício de 2010 a CEEE GT passou a adotar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais – IFRS. Para os valores de suas usinas de geração a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Na adoção do custo atribuído foram considerados os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aceita pelo mercado como adequada.

- Renovação do contrato de Concessão 025/2000

Em referência à matéria que trata da prorrogação das concessões, o Ministério de Minas e Energia, em 01 de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial Nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória Nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 a qual não reconheceu originalmente valores de indenização para as usinas de geração da CEEE-GT com vencimento da concessão em 2015. Diante deste arcabouço legal, a Companhia providenciou a baixa dos valores residuais dos seus ativos de geração vinculados ao Contrato de Concessão Nº 025/2000, com exceção dos ativos pertencentes à usina geradora de Itaúba, com vencimento da concessão em 2021, outras usinas que a CEEE GT detém o direito de exploração, além de imobilizações em curso e bens administrativos do segmento de geração.

Na sequência, em 30/11/2012, o Decreto Nº 7.850, em seu art. 2º, determinou que, até 31 de dezembro de 2013 as informações complementares para mensuração da indenização, excetuados o projeto básico dos empreendimentos de Geração das usinas renovadas, fossem encaminhadas à ANEEL para identificação do valor indenizável daqueles bens ainda não depreciados ou amortizados. Como forma de atendimento a esse dispositivo legal, a Companhia protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no prazo estipulado, correspondência relatando a existência de investimentos após o projeto básico pendentes de indenização. Ainda nessa esteira, em 19 de dezembro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Normativa Nº 596, a qual estabeleceu os critérios e procedimentos para o cálculo da parcela de investimentos relacionados aos bens reversíveis, ainda não depreciados ou não amortizados de que trata o art. 2º do Decreto Nº 7.850/2012. A ANEEL reconheceu esses investimentos no processo tarifário da Companhia a partir da Resolução Homologatória nº 1.924, de 28 de julho de 2015 que reajustou a Receita Anual de Geração – RAG associada às Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das usinas hidrelétricas prorrogadas da CEEE-GT, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

No que se refere a remuneração dos novos investimentos que forem realizados nas Usinas de Geração renovadas, a ANEEL, em 16 de dezembro de 2014, editou a Resolução Normativa Nº 642, disciplinando os procedimentos de regulação tarifária – PRORET para esses ativos.

16. INTANGÍVEL

	<u>CONTROLADORA</u>	<u>CONSOLIDADO</u>
Custo		
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	30.811	31.516
Aquisições.....	11.934	11.934
Baixas.....	(77)	(77)
Outros	-	(327)
Saldo em 30 de Junho de 2018	42.668	43.046
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(3.643)	(3.643)
Amortização do período.....	(725)	(725)
Baixas.....	67	67
Saldo em 30 de Junho de 2018	(4.301)	(4.301)
Em 31 de dezembro de 2017	27.168	27.545
Saldo em 30 de Junho de 2018	38.367	38.745

É composto pelos gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente por um período de 5 anos.

Notas Explicativas

17. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Encargos de Uso da Rede	6.884	6.292	6.884	6.292
Suprimento de Energia Elétrica.....	6.341	7.289	6.341	7.289
Energia Elétrica Comprada para Revenda	9.148	1.361	9.148	1.361
Risco Hidrológico - GSF.....	180.367	187.314	180.367	187.314
Materiais e Serviços	13.000	18.304	58.482	67.213
Retenção Contratual	20.070	22.541	20.070	22.541
	<u>235.810</u>	<u>243.102</u>	<u>281.292</u>	<u>292.011</u>

Em 2017, nos meses de abril e setembro, a Companhia teve decisões desfavoráveis em relação a sua liminar judicial a qual limitava em 5% o custo com GSF, fato que culminou na reversão dos seus efeitos históricos, a partir de deliberação do Conselho de Administração da CCEE, totalizando o montante de R\$ 187.314 contabilizados naquele exercício.

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Provisão para Férias, 13 ^º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	33.554	28.044	33.559	28.057
Retenções sobre a Folha de Pagamento	3.071	4.373	3.071	4.373
Prêmio Assiduidade	329	309	329	309
	<u>36.954</u>	<u>32.726</u>	<u>36.959</u>	<u>32.739</u>

O valor de R\$3.071 (R\$4.373 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	235	42	235	42
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	5.663	5.662	7.527	8.196
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.663	7.072	6.666	7.095
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP	-	1.517	-	1.517
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.264	1.770	1.264	1.770
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	41.397	2.001	41.426	2.463
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL.....	-	-	665	-
Outros	3.634	4.336	4.224	5.620
	<u>58.856</u>	<u>22.401</u>	<u>62.007</u>	<u>26.704</u>
NÃO CIRCULANTE				
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL.....	-	-	6.763	7.096
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.763</u>	<u>7.096</u>

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

Notas Explicativas

20.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações – Controladora e Consolidado

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	30/06/2018							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
Encargos					Principal	Principal		
MOEDA NACIONAL								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.702	46.930	53.632
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.702	46.930	53.632
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	5.216	9.202	168.178	182.596
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2037	01	2.006	4.006	323.437	329.449
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					7.222	13.208	491.615	512.045
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					7.222	19.910	538.545	565.677
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					7.222	19.910	538.545	565.677

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2017							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
Encargos					Principal	Principal		
MOEDA NACIONAL								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.691	50.175	56.866
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.691	50.175	56.866
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	2.678	9.428	148.439	160.545
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2037	01	-	9.427	179.116	188.543
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					2.678	18.855	327.555	349.088
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					2.678	25.546	377.730	405.954
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					2.678	25.546	377.730	405.954

20.2. Variação de Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de Dezembro 2017.....	6.691	50.175	21.533	327.555	405.954
Ingressos.....	-	-	-	110.175	110.175
Encargos.....	1.989	-	7.118	-	9.107
Variação Monetária.....	-	-	3.694	57.857	61.551
Transferências.....	3.357	(3.357)	3.972	(3.972)	-
Taxa Administração.....	-	112	-	-	112
Amortizações de Principal.....	(3.346)	-	(9.272)	-	(12.618)
Amortizações de Encargos	(1.989)	-	(6.615)	-	(8.604)
Saldos em 30 de Junho 2018.....	6.702	46.930	20.430	491.615	565.677

20.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$20.024.

Notas Explicativas

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos preveem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos a CEEE-GT deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma. A Companhia encaminhou o seu Plano de Ajuste Estrutural para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Ao longo de 2017 foi liberado o valor de US\$27.500 que corresponde à R\$87.305 referente ao BID e US\$8.500 que corresponde à R\$28.076 referente ao AFD. Em junho de 2018 ocorreu a liberação de R\$110.175 referente ao BID.

20.4. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT, por meio da ampliação e modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O valor do financiamento concedido é de R\$236.340, sendo que o total liberado até 31 de Dezembro de 2016 foi de R\$69.037, no exercício de 2017 e até 30 de junho de 2018, não houveram novas liberações.

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES), os títulos públicos federais, de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor Contrato de Financiamento.

20.5. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
PRINCIPAL				
2018	-	24.428	-	24.428
2019	38.964	24.428	38.964	24.428
2020	74.804	24.428	74.804	24.428
2021	72.874	24.428	72.874	24.428
Após 2021	351.903	280.018	351.903	280.018
	538.545	377.730	538.545	377.730

20.6. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Dólar US\$.....	78,00%	85,99%	78,00%	76,85%
TJLP	22,00%	14,01%	22,00%	23,15%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

Notas Explicativas

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Durante o período de carência a Companhia realiza o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	197	349	197	349
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	28.704	44.693	28.704	44.693
Contrato 1254/95 - Plano Único.....	3.044	1.737	3.044	1.737
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV.....	47.617	61.188	47.617	61.188
Contrato 1254/95 - CEEEPREV.....	2.840	1.620	2.840	1.620
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA.....	47.644	86.528	47.644	86.528
	<u>130.046</u>	<u>196.115</u>	<u>130.046</u>	<u>196.115</u>
NÃO CIRCULANTE				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	2.121	1.957	2.121	1.957
Provisão Plano Único.....	44.969	39.550	44.969	39.550
Contrato 1254/95 - Plano Único.....	33.193	34.490	33.193	34.490
Provisão Plano CEEEPREV.....	449.775	429.379	449.775	429.379
Contrato 1254/95 - CEEEPREV.....	35.578	36.968	35.578	36.968
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA.....	191.477	162.552	191.477	162.552
	<u>757.113</u>	<u>704.896</u>	<u>757.113</u>	<u>704.896</u>
Total	<u>887.159</u>	<u>901.011</u>	<u>887.159</u>	<u>901.011</u>

21.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

21.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

21.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Diante desse arcabouço legal, considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC”, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Nessa esteira, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Dado esse contexto, a Companhia efetuou consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na data de 28 de novembro de 2013, questionando o adequado tratamento contábil e recebeu, por intermédio do Ofício 189/2016/CVM/SEP/GEA-5 datado de 5 de setembro de 2016, na qual a CVM expressa a posição de que não haveria óbice em relação ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária.

Ainda, conforme conteúdo do Memorando nº 11/2016-CVM/SNC/GNC, de 19 de maio de 2016, a SNC/CVM já expôs que: “Conclusão: Com base em todo exposto, esta SNC ratifica posicionamento favorável ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária, e que os fundamentos para tal entendimento, conforme já mencionado, são os mesmos devidamente esclarecidos no MEMO SNC/GNC/Nº 001/14. Quanto aos requisitos para o cálculo do déficit atuarial, reafirmamos que eles devem estar de acordo com o estabelecido nas disposições sobre Reconhecimento e Mensuração de Plano de Benefício Definido, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.”

21.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuísem. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo

Notas Explicativas

a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual Nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 1,2 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10).

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

22. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
Conta de Desenv. Energético - Quota da CDE	21.522	21.817	21.522	21.817
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	193	-	193	
Recursos P&D	44.674	43.304	44.674	43.304
Recursos FNDCT	714	844	714	844
Recursos MME	357	422	357	422
	<u>67.460</u>	<u>66.386</u>	<u>67.460</u>	<u>66.386</u>
NÃO CIRCULANTE				
Recursos P&D	11.795	9.563	11.795	9.563
	<u>11.795</u>	<u>9.563</u>	<u>11.795</u>	<u>9.563</u>

22.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$7.520 referente ao P&D (vide nota explicativa nº 9.1).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis, possíveis e remotos. As contingências são atualizadas pelo TR (taxa referencial) mais 1% juros ao mês. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	30/06/2018				31/12/2017			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	139.306	82.282	625	222.213	117.209	82.681	586	200.476
Riscos Possíveis	219.091	34.553	790	254.434	235.965	35.895	745	272.605
	<u>358.397</u>	<u>116.835</u>	<u>1.415</u>	<u>476.647</u>	<u>353.174</u>	<u>118.576</u>	<u>1.331</u>	<u>473.081</u>

Notas Explicativas

23.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	30/06/2018			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	22.331	4.678	-	27.009
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	116.975	77.604	625	195.204
Subtotal Riscos Prováveis	139.306	82.282	625	222.213
(-) Depósitos judiciais.....	(25.599)	(300)	(16)	(25.915)
Total não circulante	91.376	77.304	609	169.289
Total geral	113.707	81.982	609	196.298

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	31/12/2017			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	17.780	2.371	-	20.151
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	99.429	80.310	586	180.325
Subtotal Riscos Prováveis	117.209	82.681	586	200.476
(-) Depósitos judiciais.....	(33.513)	(20)	(15)	(33.548)
Total não circulante	65.916	80.291	571	146.778
Total geral	83.696	82.662	571	166.929

23.2. Movimentação da provisão para contingências

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2017	83.696	82.662	571	166.929
(+) Novos Ingressos	40.463	1.335	-	41.798
(-) Pagamentos	(12.608)	(2.494)	(1)	(15.103)
(-) Montantes Revertidos	(12.529)	(8.782)	(28)	(21.339)
(+) Atualização Monetária	6.771	9.541	68	16.380
(+/-) Montantes Depositados	7.914	(280)	(1)	7.633
(=) Saldo Final Junho/2018	113.707	81.982	609	196.298

23.3. Natureza das ações

23.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE GT referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

Notas Explicativas

23.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

23.3.3 Tributárias

Do saldo provisionado de R\$4.701 refere-se à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A Companhia busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

23.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$872.

23.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Companhia possui cerca de R\$87.246 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98, bem como em relação ao contido na Lei nº 10.833/03, artigo 10º, inciso XI.

24. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
Comp. Financ para Utilização de Recursos Hídricos	2.800	2.701	2.800	2.701
Obrigações com Obras da Transmissão	12.140	12.140	12.140	12.140
Acordo Judicial Trabalhista.....	211	160	211	160
Outros Credores	20.292	14.224	22.378	19.485
	<u>35.443</u>	<u>29.225</u>	<u>37.529</u>	<u>34.486</u>
NÃO CIRCULANTE				
Provisão Auto de Infração	360	349	360	349
Acordo Judicial Trabalhista.....	1.200	1.200	1.200	1.200
Comercialização de Energia na CCEE	46.334	43.961	46.334	43.961
Outros Credores	13.825	14.099	16.010	15.877
	<u>61.719</u>	<u>59.609</u>	<u>63.904</u>	<u>61.387</u>

24.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$46.334 (R\$43.961 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Notas Explicativas

25.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

25.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Reconhecimento do Custo Atribuído	51.774	56.799	51.774	56.799
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível	(8.548)	3.267	(8.548)	3.267
Exclusão Temporária	45.548	32.768	45.548	32.768
Exclusão Temporária - MP 579/2012 (Renovação das	1.119.497	1.200.951	1.119.497	1.200.951
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	1.208.271	1.293.785	1.208.271	1.293.785
IR e CS (Alíquota 34%)	410.812	439.887	410.812	439.887
IR e CS (Redutor 30% - RIR/99, Art.510)	(117.963)	(126.173)	(117.963)	(126.173)
Total do Passivo Fiscal Diferido	292.849	313.714	292.849	313.714

O valor dessas diferenças temporárias tributáveis constitui-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre a indenização da RBSE foi calculado à alíquota de 34%, líquido da redução de 30%, a título de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 30 de junho de 2018, R\$ 266.440.

25.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais Não Utilizados

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT não foi incrementado no exercício de 2017.

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre a indenização da RBSE foi calculado à alíquota de 34%, líquido da redução de 30%, a título de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 30 de junho de 2018, R\$ 263.110.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	239.121	255.233	239.121	255.233
Provisão para Contingências Trabalhistas	113.707	117.209	113.707	117.209
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	82.570	62.188	82.570	62.188
Total das Diferenças Temporárias	435.398	434.630	435.398	434.630
Alíquota IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias	148.035	147.774	148.035	147.774
Base Negativa da CSLL	290.562	343.185	290.562	343.185
CSLL Diferida (Alíquota 9%)	26.151	30.887	26.151	30.887
Prejuízos Fiscais do IRPJ	637.274	689.897	637.274	689.897
IRPJ Diferido (Alíquota 25%)	159.319	172.474	159.319	172.474
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL	185.470	203.361	185.470	203.361
Crédito Fiscal não Reconhecido	(263.110)	(280.740)	(263.110)	(280.740)
Saldo Contábil	70.395	70.395	70.395	70.395
Saldo Contábil Diferenças Temporárias	42.061	42.061	42.061	42.061
Saldo Contábil Crédito Fiscal s/PF do IRPJ e BN da CSLL	28.334	28.334	28.334	28.334
Saldo Contábil Total	70.395	70.395	70.395	70.395

25.1.3. Tributos Diferidos Líquidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Débitos Tributários Diferidos	292.849	313.714	292.849	313.714
Créditos Tributários Diferidos	(70.395)	(70.395)	(70.395)	(70.395)
Saldo Contábil Líquido	222.454	243.319	222.454	243.319

25.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Companhia, com base em estudo técnico submetido à aprovação pelos órgãos de Administração da Companhia. Esse estudo projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2017. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Exercício de 2017	-	39.542	-	39.542
Exercício de 2018	10.942	32.950	10.942	32.950
Exercício de 2019	31.403	29.553	31.403	29.553
Exercício de 2020	30.302	27.687	30.302	27.687
Exercício de 2021	30.591	47.483	30.591	47.483
A partir do Exercício de 2022	119.216	66.104	119.216	66.104
	222.454	243.319	222.454	243.319

Notas Explicativas

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital Social

O Capital Social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.516.732 ações ordinárias e 164.014 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$915.632, com a seguinte composição:

	CONTROLADORA						CONTROLADORA	
	30/06/2018						31/12/2017	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92	6.381.908	65,92
ELETROBRÁS	3.067.035	32,23	87.639	53,43	3.154.674	32,59	3.154.674	32,59
Ações Pulverizadas.....	33.528	0,35	20.622	12,57	54.150	0,56	54.150	0,56
Outros	35.348	0,37	54.666	33,33	90.014	0,93	90.014	0,93
	9.516.732	100,00	164.014	100,00	9.680.746	100,00	9.680.746	100,00

Ressalta-se que em 29 de abril de 2016, os acionistas aprovaram o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, determinando que a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia passa a ter a proporção de 40 (quarenta) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, tornando-se o capital com a representatividade das ações, demonstradas na tabela acima.

26.2. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA	
	30/06/2018	31/12/2017
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	(8.548)	(3.267)
Custo atribuído dos Ativos de Geração.....	34.171	37.488
Perda Atuarial.....	(494.746)	(494.746)
	(469.123)	(460.526)

26.3. Reserva de Lucros

A reserva de lucros é composta da Reserva Legal, Reserva Estatutária, Reserva Especial de Lucros a Realizar e da Reserva de Dividendos não Distribuídos.

26.3.1. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2017 a Companhia destinou R\$ 20.415 para Reserva Legal.

26.3.2. Reserva Especial de Lucros a Realizar

A Companhia considerou que os valores de RBSE que causaram impacto no resultado, seguem a aplicação do ICPC01 (R1) e não compõem a parcela realizada do lucro líquido do exercício, destinando o resultado desta operação para reserva de lucros a realizar. A designação desta reserva acontece para demonstrar que a realização deste lucro só ocorrerá em exercícios futuros, e quando realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, conforme proposta da administração. A reserva de lucros a realizar totaliza o montante de R\$ 194.505.

Notas Explicativas

26.3.3. Dividendos Não Distribuídos

Em 31 de dezembro de 2016 a Concessionária constitui o montante de R\$317.963 registrados a título de Reserva Especial de Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO e em 2017 R\$286.173, totalizando um saldo de R\$ 604.136.

Estes dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa, de acordo com a Lei 6.404, artigo 202, §4º.

26.3.4. Reserva Estatutária

O estatuto da Companhia determina a destinação de 10% do lucro líquido com a finalidade de expansão das instalações, tendo por limite 10% do Capital Social. Em 2017 a Companhia destinou o montante de R\$ 40.832 para esta reserva.

26.4 Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.153.687 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$10.728 e R\$44.889 em 01 de janeiro de 2012 perfazendo total de R\$1.209.304. No exercício de 2017 foram capitalizados R\$ 200.00 da Reserva de Incentivos Fiscais, restando um saldo de R\$ 1.009.304.

27. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

27.1. Básico

	01/04/2018 à 30/06/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período.....	(12.353)	(213)	(12.566)
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	(1,30)	(1,30)	(1,30)
	01/01/2018 à 30/06/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	40.923	705	41.628
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	4,30	4,30	4,30
	01/04/2017 à 30/06/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período	50.988	879	51.867
Denominador Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação -	0,13	0,13	0,13
	01/01/2017 à 30/06/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período	107.166	1.847	109.013
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação -	11,26	11,26	11,26

Notas Explicativas

27.2. Diluído

	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017
Lucro/(Prejuízo) para as ações ordinárias.....	(12.353)	50.988
Lucro/(Prejuízo) para as ações preferenciais.....	(213)	879
	<u>(12.566)</u>	<u>51.867</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.516.732	9.516.732
Ações Preferenciais	164.014	164.014
	<u>9.680.746</u>	<u>9.680.746</u>
Lucro/(Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	<u>(1,30)</u>	<u>5,36</u>
	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
Lucro/(Prejuízo) para as ações ordinárias.....	40.923	107.166
Lucro/(Prejuízo) para as ações preferenciais.....	705	1.847
	<u>41.628</u>	<u>109.013</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.516.732	9.516.732
Ações Preferenciais	164.014	164.014
	<u>9.680.746</u>	<u>9.680.746</u>
Lucro/(Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	<u>4,30</u>	<u>11,26</u>

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
Receita Bruta								
Suprimento de Energia Elétrica	75.510	148.119	83.038	155.442	75.610	148.377	83.620	156.024
Disponibilização do Sistema de Transmissão	145.498	282.033	101.199	204.204	145.649	282.337	101.201	204.204
Remuneração do Ativo Financeiro	29.559	59.787	18.333	21.707	32.253	65.124	21.326	27.653
Energia Elétrica de Curto Prazo	24.191	43.488	22.364	33.933	24.191	43.488	22.364	33.933
Receita de Construção	28.703	53.566	33.240	53.317	39.220	66.518	37.142	57.666
	<u>303.461</u>	<u>586.993</u>	<u>258.175</u>	<u>468.603</u>	<u>316.923</u>	<u>605.844</u>	<u>265.652</u>	<u>479.480</u>
Deduções da Receita								
PIS/COFINS	(29.916)	(54.594)	(18.235)	(34.687)	(27.960)	(54.682)	(18.261)	(34.713)
Quota RGR	(579)	(1.350)	-	-	(579)	(1.350)	-	-
Outros Encargos	(3.030)	(6.627)	(3.253)	(7.345)	(3.030)	(6.627)	(3.253)	(7.345)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(2.682)	(5.226)	(3.386)	(3.262)	(2.682)	(5.226)	(3.386)	(3.262)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(11.710)	(22.632)	(1.941)	(14.968)	(11.710)	(22.632)	(1.941)	(14.968)
Compensação Financeira Pela Utiliz. Rec Hidr - CFURH	(5.482)	(11.328)	(704)	(14.439)	(5.482)	(11.328)	(704)	(14.439)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSE	(785)	(1.586)	(6.126)	(1.209)	(785)	(1.586)	(6.126)	(1.209)
	<u>(54.184)</u>	<u>(103.343)</u>	<u>(33.645)</u>	<u>(75.910)</u>	<u>(52.228)</u>	<u>(103.430)</u>	<u>(33.671)</u>	<u>(75.936)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>249.277</u>	<u>483.650</u>	<u>224.530</u>	<u>392.693</u>	<u>264.696</u>	<u>502.414</u>	<u>231.981</u>	<u>403.544</u>

28.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$148.119 (R\$155.442 em 30 de junho de 2017) refere-se às receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs e pela disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

Notas Explicativas

28.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$282.033 (R\$204.204 em 30 de junho de 2017) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de Conexão e do Sistema de Transmissão a terceiros.

28.3. Remuneração do Ativo Financeiro

O valor de R\$59.787 (R\$21.707 em 30 de junho de 2017) é composto pela atualização do ativo financeiro relativa aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente – RBSE e também à remuneração dos demais ativos.

29. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
Energia Elétrica de Curto Prazo	(178)	(178)	-	-	(178)	(178)	-	-
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(8.742)	(68.344)	(10.509)	(18.122)	(8.742)	(68.344)	(10.509)	(18.122)
Encargo de Uso do Sistema	(13.772)	(27.142)	(12.626)	(25.363)	(13.772)	(27.142)	(12.626)	(25.363)
	<u>(22.692)</u>	<u>(95.664)</u>	<u>(23.135)</u>	<u>(43.485)</u>	<u>(22.692)</u>	<u>(95.664)</u>	<u>(23.135)</u>	<u>(43.485)</u>

29.1. Energia Elétrica de Curto Prazo

O custo da energia de curto prazo totalizou R\$178, em 2018. Este valor refere-se ao custo da energia de curto prazo, comercializada no âmbito da CCEE.

29.2. Energia Elétrica Comprada de Terceiros

O valor de R\$68.344 (R\$18.123 em 30 de junho de 2017) refere-se a compra de Energia de ENERCAN, por determinação do acordo entre acionistas.

29.3. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$27.142 (R\$25.362 em 30 de junho de 2017) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

Notas Explicativas

30. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

30. 1. Controladora

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	44.378	35.537	-	-	7.873	6.299	-	-	52.252	41.836
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	28.021	24.111	-	-	14.951	7.879	-	-	42.972	31.990
INSS - Empregador	8.627	7.369	-	-	1.371	1.227	-	-	9.998	8.596
Administradores	61	96	-	-	205	200	-	-	266	296
Subtotal Pessoal / Administradores	81.087	67.113	-	-	24.400	15.605	-	-	105.487	82.718
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	1.738	2.240	-	-	399	-	-	-	2.137	2.240
Total Pessoal e Administradores	82.825	69.353	-	-	24.400	15.605	-	-	107.225	84.958
Material	(5)	920	-	-	84	152	-	-	78	1.072
Serviço de Terceiros	9.535	10.315	-	-	1.919	2.991	-	-	11.454	13.306
Depreciação e Amortização	5.169	5.560	-	-	534	131	-	-	5.703	5.691
Custo de Construção	28.703	33.240	-	-	-	-	-	-	28.703	33.240
Arrendamento e Aluguéis	1.365	1.466	-	-	29	109	-	-	1.394	1.575
Tributos	221	232	-	-	259	960	-	-	480	1.192
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(314)	4.733	-	-	-	-	(314)	4.733
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	26.446	8.972	26.446	8.972
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(2.394)	243	(2.394)	243
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	94	8	94	8
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(655)	254	(655)	254
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	812	-	812	-
Outros	5	4	-	-	156	220	2.989	3.090	3.151	3.314
TOTAL	127.818	121.090	(314)	4.733	27.381	20.168	27.292	12.567	182.178	158.558

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	81.531	77.586	-	-	15.060	13.789	-	-	96.592	91.375
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	35.159	37.165	-	-	18.402	15.995	-	-	53.561	53.160
INSS - Empregador	15.267	13.473	-	-	2.492	2.353	-	-	17.760	15.826
Administradores	152	163	-	-	399	420	-	-	551	583
Subtotal Pessoal / Administradores	132.109	128.387	-	-	36.353	32.557	-	-	168.462	160.944
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	3.446	2.687	-	-	-	-	-	-	3.446	2.687
Total Pessoal e Administradores	135.555	131.074	-	-	36.353	32.557	-	-	171.908	163.631
Material	559	1.211	-	-	167	152	-	-	725	1.363
Serviço de Terceiros	15.109	21.407	-	-	3.819	3.479	-	-	18.928	24.886
Depreciação e Amortização	10.346	10.952	-	-	1.061	265	-	-	11.407	11.217
Custo de Construção	53.566	53.317	-	-	-	-	-	-	53.566	53.317
Arrendamento e Aluguéis	2.723	2.560	-	-	67	154	-	-	2.790	2.714
Tributos	1.331	374	-	-	371	1.199	-	-	1.702	1.573
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(2.577)	5.357	-	-	-	-	(2.577)	5.357
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	35.484	14.581	35.484	14.581
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	2.409	1.170	2.409	1.170
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	111	33	111	33
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(966)	603	(966)	603
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	54	-	54	-
Outros	9	7	-	-	286	220	3.351	3.405	3.646	3.632
TOTAL	219.198	220.902	(2.577)	5.357	42.124	38.026	40.443	19.792	299.188	284.077

Notas Explicativas

30. 2. Consolidado

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	44.378	35.537	-	-	7.873	6.310	-	235	52.251	42.082
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	28.021	24.111	-	-	14.951	7.879	-	-	42.972	31.990
INSS - Empregador	8.627	7.369	-	-	1.371	1.227	-	-	9.998	8.596
Administradores	61	96	-	-	641	200	-	-	702	296
Subtotal Pessoal / Administradores	81.087	67.113	-	-	24.836	15.616	-	235	105.923	82.964
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	1.738	2.240	-	-	-	-	-	-	1.738	2.240
Total Pessoal e Administradores	82.825	69.353	-	-	24.836	15.616	-	235	107.661	85.204
Material	(5)	920	-	-	84	152	-	-	79	1.072
Serviço de Terceiros	9.649	10.315	-	-	2.111	3.105	-	-	11.760	13.420
Depreciação e Amortização	5.169	5.561	-	-	534	131	-	-	5.703	5.692
Custo de Construção	39.220	37.141	-	-	-	-	-	-	39.220	37.141
Arrendamento e Aluguéis	1.365	1.466	-	-	29	109	-	-	1.394	1.575
Seguros	-	-	-	-	11	-	-	-	11	-
Tributos	221	232	-	-	289	987	-	10	510	1.229
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(314)	4.733	-	-	-	-	(314)	4.733
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	26.446	8.972	26.446	8.972
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(2.394)	243	(2.394)	243
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	93	8	93	8
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(655)	254	(655)	254
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	812	-	812	-
Outros	10	4	-	-	(24)	327	2.911	2.971	2.898	3.301
TOTAL	138.454	124.992	(314)	4.733	27.870	20.426	27.213	12.693	193.224	162.845

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	81.531	77.586	-	-	15.060	14.007	-	235	96.591	91.828
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	35.159	37.165	-	-	18.402	15.995	-	-	53.561	53.160
INSS - Empregador	15.267	13.473	-	-	2.492	2.353	-	-	17.759	15.826
Administradores	152	163	-	-	835	420	-	-	987	583
Subtotal Pessoal / Administradores	132.109	128.387	-	-	36.789	32.775	-	235	168.898	161.397
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	3.446	2.687	-	-	-	-	-	-	3.446	2.687
Total Pessoal e Administradores	135.555	131.074	-	-	36.789	32.775	-	235	172.344	164.084
Material	559	1.211	-	-	167	152	-	-	726	1.363
Serviço de Terceiros	15.223	21.407	-	-	4.011	3.678	-	-	19.234	25.085
Depreciação e Amortização	10.346	10.952	-	-	1.061	265	-	-	11.407	11.217
Custo de Construção	66.518	57.666	-	-	-	-	-	-	66.518	57.666
Arrendamento e Aluguéis	2.723	2.560	-	-	67	154	-	-	2.790	2.714
Seguros	-	-	-	-	11	-	-	-	11	-
Tributos	1.331	374	-	-	401	1.269	-	10	1.732	1.653
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(2.577)	5.357	-	-	-	-	(2.577)	5.357
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	35.484	14.581	35.484	14.581
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	2.409	1.170	2.409	1.170
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	111	33	111	33
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(966)	603	(966)	603
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	54	-	54	-
Outros	18	7	-	-	416	347	3.365	3.405	3.800	3.758
TOTAL	232.273	225.251	(2.577)	5.357	42.923	38.641	40.457	20.037	313.077	289.285

Notas Explicativas

31. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
OUTRAS RECEITAS								
Ganho nas Alienações	81	92	79	164	81	92	79	164
Receita de Prestação de Serviços	2.935	5.521	3.919	6.446	2.935	5.521	3.919	6.446
Outras	140	386	(452)	366	140	386	(452)	366
	<u>3.155</u>	<u>6.000</u>	<u>3.547</u>	<u>6.976</u>	<u>3.155</u>	<u>6.000</u>	<u>3.547</u>	<u>6.976</u>
OUTRAS DESPESAS								
Perdas na Alienação e Desat. de Bens e Direitos	(1.895)	(2.802)	(214)	(223)	(1.895)	(2.802)	(214)	(223)
Outras	(184)	(364)	(280)	(704)	(184)	(364)	(280)	(704)
	<u>(2.080)</u>	<u>(3.166)</u>	<u>(494)</u>	<u>(927)</u>	<u>(2.080)</u>	<u>(3.166)</u>	<u>(494)</u>	<u>(927)</u>

32. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
RECEITAS FINANCEIRAS								
Renda de Aplicações Financeiras.....	6.441	12.399	10.216	22.507	6.437	12.429	10.228	22.533
Receitas Financeiras com Parcelamentos	2.053	2.053	167	329	2.053	2.053	167	329
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financ	1.920	8.730	1.313	7.695	1.920	8.730	1.313	7.695
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	619	2.235	1.225	1.839	619	2.235	1.225	1.839
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	3.583	6.646	2.841	6.569	3.583	6.646	2.841	6.569
Outras Receitas Financeiras	-	770	1.958	1.326	-	793	1.958	1.326
Total Receita Financeira	<u>14.616</u>	<u>32.833</u>	<u>17.721</u>	<u>40.265</u>	<u>14.613</u>	<u>32.886</u>	<u>17.733</u>	<u>40.291</u>
DESPESAS FINANCEIRAS								
Encargos de Dívidas	(5.583)	(9.482)	(4.267)	(6.712)	(5.583)	(9.482)	(4.267)	(6.712)
Despesas Financeiras com P&D	-	-	(1.838)	(2.571)	-	-	(1.838)	(2.571)
Despesa Financeira com Tributos.....	(855)	(1.512)	(1.671)	(2.550)	(855)	(1.512)	(1.671)	(2.550)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financ	(58.769)	(67.300)	(11.427)	(11.427)	(58.769)	(67.300)	(11.394)	(11.427)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notif.....	(456)	(456)	(539)	(730)	(456)	(456)	(539)	(730)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(9)	(9)	(17)	(26)	(9)	(9)	(17)	(26)
Despesa Financeira Recontabilização CCEE.....	(8.672)	(20.730)	-	-	(8.672)	(20.730)	-	-
Outras Despesas Financeiras	(4.414)	(3.998)	(3.680)	(6.587)	(4.418)	(4.078)	(4.196)	(7.249)
Total Despesa Financeira	<u>(78.758)</u>	<u>(103.487)</u>	<u>(23.438)</u>	<u>(30.603)</u>	<u>(78.762)</u>	<u>(103.567)</u>	<u>(23.921)</u>	<u>(31.265)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	<u>(64.142)</u>	<u>(70.654)</u>	<u>(5.717)</u>	<u>9.662</u>	<u>(64.149)</u>	<u>(70.681)</u>	<u>(6.188)</u>	<u>9.026</u>

Notas Explicativas

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017:

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	01/04/2018 à 30/06/2018		01/04/2017 à 30/06/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	24.971	24.971	59.317	59.317
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	2.622	1.574	6.229	3.737
IRPJ - Adicional de 10%	1.742	-	4.146	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões	4.364	1.574	10.375	3.737
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	7.104	2.557	(4.790)	(1.724)
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	6.993	2.518	(2.309)	(830)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	32	11	(200)	(73)
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	18.493	6.660	3.076	1.110
Incentivo PAT = 4%.....	(444)	-	(74)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(26)	-	(15)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	18.023	6.660	2.988	1.110
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	(7.689)	(2.767)	488	176
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	1.163	418	1.976	711
IR CS Diferidos	(6.526)	(2.349)	2.464	887
Total IRPJ e CSLL	11.497	4.311	5.452	1.997

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	01/01/2018 à 30/06/2018		01/01/2017 à 30/06/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	62.930	62.930	125.940	125.940
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	6.608	3.965	13.224	7.934
IRPJ - Adicional de 10%	4.393	-	8.804	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões	11.001	3.965	22.028	7.934
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	14.104	5.077	(5.417)	(1.950)
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	5.530	1.991	(7.111)	(2.559)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	50	18	21	7
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	30.685	11.051	9.521	3.432
Incentivo PAT = 4%.....	(737)	-	(229)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(26)	-	(37)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	29.922	11.051	9.256	3.432
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	(14.255)	(5.131)	488	176
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	1.163	418	2.629	946
IR CS Diferidos	(13.092)	(4.713)	3.117	1.122
Total IRPJ e CSLL	16.830	6.338	12.373	4.554

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESB em 30 de junho de 2018 a despesa de R\$55, referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 apresentamos as Informações das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

Notas Explicativas

34.1. Balanço Patrimonial

34.1.1. Ativo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
ATIVO	1.687.122	1.490.917	3.557.217	3.369.147	(362.359)	(215.540)	4.881.981	4.644.524
CIRCULANTE	670.694	518.319	881.586	764.952	(362.359)	(215.540)	1.189.922	1.067.731
Caixa e Equivalentes de Caixa	476.713	279.711	562	1.865	-	-	477.275	281.576
Investimentos em Títulos do Governo.....	32.984	37.150	98.566	98.435	-	-	131.550	135.585
Concessionárias e Permissionárias.....	66.707	91.609	91.512	98.645	-	-	158.219	190.254
Tributos a Recuperar.....	53.437	56.179	35.190	(705)	-	-	88.627	55.474
Estoques.....	11.152	6.608	14.829	9.399	-	-	25.981	16.007
Ativo Financeiro da Concessão.....	3.754	3.754	85.387	85.387	-	-	89.141	89.141
RBSE.....	-	-	154.243	224.471	-	-	154.243	224.471
Pagamentos Antecipados.....	-	-	1.075	1.255	-	-	1.075	1.255
Outros Créditos a Receber.....	25.948	43.308	400.222	246.200	(362.359)	(215.540)	63.811	73.968
NÃO CIRCULANTE	1.016.428	972.598	2.675.630	2.604.195	-	-	3.692.059	3.576.793
Tributos a Recuperar	5	5	-	-	-	-	5	5
Aplicações Financeiras.....	9	9	-	-	-	-	9	9
Depósitos Judiciais	19.341	15.241	34.356	25.507	-	-	53.697	40.748
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	6.442	52.526	81.638	127.932	-	-	88.080	180.458
Ativo Financeiro da Concessão.....	111.397	92.872	630.095	607.300	-	-	741.492	700.172
RBSE	-	-	1.388.184	1.399.409	-	-	1.388.184	1.399.409
Bens e Direitos Dest. a Alienação e Bens de Renda....	1.709	1.709	395	385	-	-	2.104	2.094
Outros Créditos a Receber.....	71.612	73.864	5.612	1.259	-	-	77.224	75.123
Investimentos.....	291.200	221.902	461.426	366.117	-	-	752.626	588.019
Imobilizado.....	477.598	488.475	72.673	75.113	-	-	550.271	563.588
Intangível.....	37.116	25.995	1.251	1.173	-	-	38.367	27.168

34.1.2. Passivo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
PASSIVO	1.687.122	1.490.917	3.557.217	3.369.147	(362.359)	(215.540)	4.881.981	4.644.524
CIRCULANTE	691.648	574.681	429.420	419.189	(362.359)	(215.540)	758.710	778.330
Fornecedores.....	210.388	209.216	25.422	33.886	-	-	235.810	243.102
Obrigações Trabalhistas.....	3.138	4.950	33.816	27.776	-	-	36.954	32.726
Obrigações Fiscais.....	4.415	8.382	54.440	14.019	-	-	58.856	22.401
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	3.381	7.050	23.750	21.174	-	-	27.132	28.224
Provisão para Benefícios a Empregados.....	52.371	99.740	77.675	96.375	-	-	130.046	196.115
Obrigações da Concessão.....	17.901	17.626	49.560	48.760	-	-	67.460	66.386
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	5.654	4.735	21.354	15.416	-	-	27.009	20.151
Outros Passivos.....	371.964	222.085	25.837	22.680	(362.359)	(215.540)	35.443	29.225
Dividendos Obrigatórios.....	22.434	896	117.566	139.104	-	-	140.000	140.000
NÃO CIRCULANTE	749.380	646.548	1.011.536	895.347	-	-	1.760.916	1.541.895
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	113.589	77.730	424.956	300.000	-	-	538.545	377.730
Provisão para Benefícios a Empregados.....	458.711	408.916	298.403	295.980	-	-	757.113	704.896
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	109.523	96.059	59.766	50.719	-	-	169.289	146.778
Obrigações da Concessão.....	5.052	4.332	6.744	5.231	-	-	11.795	9.563
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	3.985	3.707	218.469	239.612	-	-	222.454	243.319
Outros Passivos.....	58.521	55.804	3.197	3.805	-	-	61.718	59.609
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	246.094	269.688	2.116.261	2.054.611	-	-	2.362.355	2.324.299
Capital Social	97.790	65.739	817.842	522.708	-	-	915.632	588.447
Reserva de Capital	-	2.094	-	325.091	-	-	-	327.185
Outros Resultados Abrangentes	(133.426)	189.893	(335.697)	(650.418)	-	-	(469.123)	(460.526)
Reserva Legal.....	3.271	130	17.144	20.285	-	-	20.415	20.415
Reserva Estatutária.....	6.544	261	34.288	40.571	-	-	40.832	40.832
Reserva Especial de Lucros a realizar.....	-	1.245	194.505	193.260	-	-	194.505	194.505
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído.....	44.297	3.866	559.839	600.270	-	-	604.136	604.136
Reserva de Incentivos Fiscais	307.160	6.460	702.144	1.002.844	-	-	1.009.304	1.009.304
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(79.542)	-	126.196	-	-	-	46.654	-

Notas Explicativas

34.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	183.986	157.770	299.664	234.923	-	-	483.650	392.693
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(166.093)	(95.956)	(148.767)	(168.431)	-	-	(314.862)	(264.387)
Custo com Energia Elétrica	(95.664)	(43.485)	-	-	-	-	(95.664)	(43.485)
Custo de Operação	(70.431)	(52.471)	(148.767)	(168.431)	-	-	(219.198)	(220.902)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	17.893	61.814	150.897	66.492	-	-	168.788	128.306
Despesas Operacionais	(59.786)	(44.031)	(20.204)	(19.144)	-	-	(79.990)	(63.175)
Despesas com Vendas	676	(932)	1.902	(4.425)	-	-	2.577	(5.357)
Despesas Gerais e Administrativas	(42.124)	(38.026)	-	-	-	-	(42.124)	(38.026)
Outras Despesas Operacionais.....	(18.338)	(5.072)	(22.105)	(14.720)	-	-	(40.443)	(19.792)
Outras Receitas.....	3.391	2.625	2.609	4.351	-	-	6.000	6.976
Outras Despesas.....	(746)	(881)	(2.421)	(46)	-	-	(3.166)	(927)
RESULTADO DO SERVIÇO	(39.249)	19.527	130.881	51.653	-	-	91.631	71.180
Resultado de Participações Societárias	30.741	40.900	13.077	4.198	-	-	43.818	45.098
Receita(Despesa) Financeira	(22.490)	14.804	(48.163)	(5.142)	-	-	(70.653)	9.662
Rendas de Aplicações Financeiras	12.289	21.751	110	757	-	-	12.399	22.507
Variações Monetárias de Empréstimos e Financ	(12.737)	(794)	(41.107)	(2.938)	-	-	(53.844)	(3.732)
Encargos de Dívidas	(1.838)	(1.575)	(7.644)	(5.137)	-	-	(9.482)	(6.712)
Outras Receitas/Despesas Financeiras	(20.205)	(4.578)	478	2.177	-	-	(19.726)	(2.401)
RESULTADO ANTES DO IRE E CS	(30.999)	75.231	95.795	50.709	-	-	64.796	125.940
Imposto de Renda Corrente	-	(9.256)	(29.922)	-	-	-	(29.922)	(9.256)
Imposto de Renda Diferido.....	(319)	(134)	13.410	(2.983)	-	-	13.090	(3.117)
Contribuição Social Corrente	-	(3.432)	(11.051)	-	-	-	(11.051)	(3.432)
Contribuição Social Diferido.....	(115)	(48)	4.829	(1.074)	-	-	4.713	(1.122)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(31.432)	62.361	73.061	46.652	-	-	41.628	109.013
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$.....	(0,08)	0,16	0,08	0,12	-	-	4,30	0,28
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$.....	(0,08)	0,16	0,08	0,12	-	-	253,81	0,28

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA					Total
		30/06/2018					
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5	475.913	-	-	-	-	475.913
Concessionárias e Permissionárias	6	-	4.744	-	-	-	4.744
Cedência de funcionários	9	44	56	-	7	-	107
Conta Gráfica	9	-	1.281	-	-	-	1.281
Mútuo CEEE-D.....	9	-	73.212	-	-	-	73.212
		475.957	79.293	-	7	-	555.257
Passivo							
Contribuição Patrocinadora	21	-	-	-	76.322	-	76.322
Empréstimo circulante	20	-	-	-	5.884	-	5.884
Empréstimo não circulante	21	-	-	-	68.772	-	68.772
		-	-	-	150.977	-	150.977
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	10.253	10.253
Suprimento de Energia Elétrica		-	1.045	-	-	-	1.045
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	85.766	-	-	-	85.766
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(2.167)	-	(2.167)
Receita financeira		7.158	5.219	-	-	-	12.377
		7.158	92.030	-	(2.167)	10.253	107.274

Notas Explicativas

		31/12/2017					
Nota Explicativa		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5	279.496	-	-	-	-	279.496
Concessionárias e Permissionárias	6	-	2.756	-	-	-	2.756
Cedência de funcionários	9	177	59	-	-	-	236
Conta Gráfica	9	-	5.802	-	-	-	5.802
Mútuo CEEE-D	9	-	70.959	-	-	-	70.959
		<u>279.673</u>	<u>79.576</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>359.249</u>
Passivo							
Contribuição Patrocinadora	21	-	-	-	105.881	-	105.881
Empréstimo circulante	21	-	-	-	3.357	-	3.357
Empréstimo não circulante	21	-	-	-	71.458	-	71.458
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>180.696</u>	<u>-</u>	<u>180.696</u>
		30/06/2017					
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	3.173	3.173
Suprimento de Energia Elétrica		-	2.434	-	-	-	2.434
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	54.769	-	-	-	54.769
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(35.801)	-	(35.801)
Receita financeira		731	106.190	-	-	-	106.921
Despesa financeira		-	(21)	-	-	-	(21)
		<u>731</u>	<u>163.372</u>	<u>-</u>	<u>(35.801)</u>	<u>3.173</u>	<u>131.475</u>

35.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 30 de junho de 2018 foi de R\$978 (R\$1.275 em 30 de junho de 2017), contando com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação. A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS				
Conselho de Administração e Fiscal	120	226	120	120
Verba de Representação e honorário Diretor não Empregado	86	207	86	86
Benefícios e Encargos	50	120	50	50
Subtotal	<u>256</u>	<u>553</u>	<u>256</u>	<u>553</u>
Diretores Empregados	<u>722</u>	<u>722</u>	<u>722</u>	<u>722</u>
Total	<u>978</u>	<u>1.275</u>	<u>978</u>	<u>1.275</u>

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

Notas Explicativas

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros					
Mensurados a Custo Amortizado por Meio do Resultado					
Numerário Disponível		1.362	2.080	2.171	4.981
Concessionárias e Permissionárias	6	158.219	190.254	158.622	190.681
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado					
SIAC/BANRISUL		475.913	279.496	476.937	280.352
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.542.427	1.623.880	1.542.427	1.623.880
Ativo Financeiro da Concessão	12	830.633	789.313	1.069.842	1.011.198
Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes					
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC	10	131.550	135.585	131.550	135.585
		<u>3.140.105</u>	<u>3.020.608</u>	<u>3.381.549</u>	<u>3.246.677</u>
Passivos Financeiros					
Mensurados a Custo Amortizado por Meio do Resultado					
Fornecedores	17	235.810	243.102	281.292	292.011
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	565.677	405.954	565.677	405.954
TOTAL		<u>801.487</u>	<u>649.056</u>	<u>846.969</u>	<u>697.965</u>

36.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto a instituições financeiras estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$158.219.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são os seguintes:

36.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Informações Trimestrais Financeiras Intermediárias foi:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	477.275	281.576	479.108	285.333
Concessionárias e Permissionárias	6	158.219	190.254	158.622	190.681
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	131.550	135.585	131.550	135.585
Ativo Financeiro da Concessão	12	830.633	789.313	1.069.842	1.011.198
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.542.427	1.623.880	1.542.427	1.623.880
TOTAL		<u>3.140.105</u>	<u>3.020.608</u>	<u>3.381.549</u>	<u>3.246.677</u>

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Longo Prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL bem como as quotas subordinadas do FIDC.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

O segmento de Geração da companhia CEEE-GT possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e no Ambiente Livre - CCEALs. As receitas atreladas a estes contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário – CDBs.

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia (CCGs) celebrados entre distribuidora e órgãos reguladores.

Notas Explicativas

No geral a Administração entende que o risco de crédito no qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Companhia mensura pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

II. Garantias

A Companhia não possui operações com derivativos.

III. Derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

36.1.2. Risco de Preço

O segmento de Geração tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Esta variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada cinco anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração – RAG, a qual deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARS e CCEALS, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado, e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

O segmento de Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

36.1.3. Risco de Mercado

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL os agentes negociam a compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas, através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL, às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.

36.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

Notas Explicativas

I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/06/2018 cuja cotação do dólar corresponde a R\$3,86 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do Bacen para 30/09/2018, correspondente ao dólar a R\$3,77. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 30/06/2018	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	512.045	553.009	691.261	829.513
Passivo Líquido Exposto	512.045	553.009	691.261	829.513
Efeito Líquido da Variação Cambial			138.252	276.504

36.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota	CONTROLADORA				
		Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	477.275	477.275	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	158.219	158.219	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	131.550	131.550	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	12	830.633	89.141	-	-	741.492
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.542.427	154.243	192.803	578.410	616.971
		3.140.103	1.010.427	192.803	578.410	1.358.463
Passivos Financeiros						
Fornecedores	17	235.810	235.810	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	1.109.162	79.343	77.178	219.061	733.580
		1.344.972	315.153	77.178	219.061	733.580
CONSOLIDADO						
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	479.108	479.108	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	158.622	158.622	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	131.550	131.550	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	12	1.069.842	99.514	-	-	970.328
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.542.427	154.243	192.803	578.410	616.971
		3.381.548	1.023.036	192.803	578.410	1.587.298
Passivos Financeiros						
Fornecedores	17	281.292	281.292	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	1.109.162	79.343	77.178	219.061	733.580
		1.390.454	360.635	77.178	219.061	733.580

36.1.6. Gestão de Capital

A Companhia visa uma estrutura de capital que seja coerente com o cenário macroeconômico e setorial e que também seja capaz de salvaguardar sua capacidade de continuidade a fim de que se mantenha a confiança do investidor e que seja possível a captação de novos financiamentos para garantir a execução de seus investimentos.

Por meio de uma estrutura de capital saudável é possível equilibrar o saldo de dívidas e de patrimônio e para manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a Companhia tem a possibilidade de revisar a sua prática de pagamento de dividendos, de alongar o perfil de sua dívida bem como de alienar os ativos alheios à concessão.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do

Notas Explicativas

capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Endividamento					
Empréstimos e Financiamentos	20	565.677	405.954	565.677	405.954
Caixa e equivalentes de caixa	5	(477.275)	(281.576)	(479.108)	(285.333)
Investimento em Títulos do Governo	10	(131.550)	(135.585)	(131.550)	(135.585)
Dívida Líquida		<u>(43.148)</u>	<u>(11.207)</u>	<u>(44.981)</u>	<u>(14.964)</u>
Patrimônio Líquido		2.362.355	2.324.299	2.378.751	2.338.614
Endividamento do Patrimônio Líquido		<u>(0,02)</u>	<u>(0,00)</u>	<u>(0,02)</u>	<u>(0,01)</u>

36.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados à inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/06/2018 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 30/06/2018. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO			
			Cenário Base em 30/06/2018	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	20					
BNDES		TJLP	53.632	74.351	64.315	84.387
Exposição Líquida			<u>(53.632)</u>	<u>(74.351)</u>	<u>(64.315)</u>	<u>(84.387)</u>
Efeito esperado no Resultado				<u>(20.719)</u>	<u>10.036</u>	<u>(20.072)</u>

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Informações Trimestrais conforme sugerido no CPC 48 e IFRS 9.

Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

36.1.8. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Notas Explicativas

	Nota	CONTROLADORA	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	477.275	477.275
Concessionárias e Permissionárias.....	6	158.219	158.219
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	131.550	131.550
Ativo Financeiro da Concessão	12	830.633	830.633
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.542.427	1.542.427
		<u>3.140.103</u>	<u>3.140.103</u>
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	17	235.810	235.810
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	20	565.677	1.109.162
		<u>801.487</u>	<u>1.344.972</u>
	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	479.108	479.108
Concessionárias e Permissionárias.....	6	158.622	158.622
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	131.550	131.550
Ativo Financeiro da Concessão	12	1.069.842	1.069.842
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.542.427	1.542.427
		<u>3.381.548</u>	<u>3.381.548</u>
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	17	281.292	281.292
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	20	565.677	1.109.162

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

36.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	CONTROLADORA			
	Valor contábil 30/06/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	475.913	-	475.913	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	131.550	131.550	-	-
Ativo Financeiro da Concessão.....	830.633	830.633	-	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	1.542.427	-	-	1.542.427
	<u>2.980.523</u>	<u>962.183</u>	<u>475.913</u>	<u>1.542.427</u>
	CONSOLIDADO			
	Valor contábil 30/06/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	476.937	-	476.937	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	131.550	131.550	-	-
Ativo Financeiro da Concessão.....	1.069.842	1.069.842	-	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	1.542.427	-	-	1.542.427
	<u>3.220.756</u>	<u>1.201.392</u>	<u>476.937</u>	<u>1.542.427</u>

Notas Explicativas

36.1.10. Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo dos Investimentos em Títulos do Governo foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo Financeiro da Concessão e da Rede Básica do Sistema Existente foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

36.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

36.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional - SIN é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, as quais estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico destes empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétricos, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo – MCP, podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.

O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, o que no caso da CEEE-GT representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas Distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.

36.2.2. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Companhia.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

37. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

Notas Explicativas

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço.

O seguro patrimonial contratado tem vigência de 13/04/2018 à 13/04/2019. O valor do ativo segurado na área de geração é de R\$101.247 e o valor do prêmio é de R\$101 no segmento de transmissão o valor do ativo segurado é de R\$244.574 e o valor do prêmio é de R\$245.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 Reajuste Anual da Transmissão

O Reajuste Anual da Transmissão da CEEE-GT, que trouxe a nova RAP (Receita Anual Permitida) está válido desde 1º de julho de 2018, conforme Resolução Homologatória (REH) da Aneel nº 2.408/2018 (Ciclo 2018/2019). A nova RAP da Transmissora totaliza R\$ 690 milhões e começa a ingressar no caixa da empresa a partir de agosto de 2018, nela está incluído incremento de R\$ 38 milhões provenientes de obras novas e de atualização monetária, em comparação ao Ciclo 2017/2018. A receita referente aos investimentos não totalmente depreciados vinculados aos bens de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 (Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, instalações de conexão e às Demais Instalações de Transmissão – DITs, previstos na Portaria nº120/2016), como esperado, será R\$ 19 milhões menor que a percebida no ciclo anterior. Este fato ocorre porque houve o recálculo do componente econômico, considerando a depreciação desses ativos ao longo do próximo ciclo.

38.2 Revisão Tarifária da Geração

A ANEEL publicou no último dia 19/07, a Resolução Homologatória nº 2.421, de 17/07/2018, que homologa as Receitas Anuais de Geração (RAG) das usinas hidrelétricas em regime de cotas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

Os novos valores da RAG são oriundos do processo de revisão tarifária realizada para o ciclo 2018-2023 e contemplam os valores do Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG), Ajustes de Indisponibilidade ou Desempenho Apurados (Ajl), Encargos de Conexão e Uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão, além de Encargos como a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) e os custos associados aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE), eventuais ajustes e a devida atualização monetária. Entre as mudanças instituídas nesta revisão, destaca-se a inclusão na composição da GAG dos Custos de Capital por Investimentos em Melhorias (GAGMel), o que representa uma receita adicional pré-determinada para execução dos investimentos necessários para manutenção da vida útil das instalações até o final do contrato de concessão. Essa inclusão acaba com a necessidade de submissão prévia à ANEEL dos planos de investimentos e garante um fluxo de receitas futuro, gerando previsibilidade para a execução das melhorias nas instalações.

A Receita Anual de Geração (RAG) do conjunto de usinas cotistas da CEEE-GT teve um incremento de 62,7% em comparação com o ciclo 2017/2018, totalizando o montante de R\$ 115,2 Milhões, dos quais R\$ 45,5 Milhões correspondem exclusivamente à parcela destinada a melhorias.

César Eduardo Lindenmeyer
Diretor

Elisangela Moura Rodrigues
CRCRS 62.384

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e as demonstrações, individuais e consolidadas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2400 – Trabalhos de Revisão de Demonstrações Contábeis e ISRE 2400 – Engagements to Review Historical Financial Statements, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 11 de agosto de 2017, sem modificação.

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 22 de março de 2018, sem modificação.

Porto Alegre, 13 de agosto de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC RS 005519/F 0

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1SP 139268/O-6 – S – RS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da CEEE-GT relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2018.

Porto Alegre, 13 de Agosto de 2018.

URBANO SCHMITT

Diretor Presidente

CÉSAR LUIS BAUMGRATZ

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

CÉSAR EDUARDO LINDENMEYER

Diretor

GIOVANI FRANCISCO DA SILVA

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento A Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS relativamente às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da CEEE-GT referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018.

Porto Alegre, 13 de Agosto de 2018.

URBANO SCHMITT

Diretor Presidente

CÉSAR LUIS BAUMGRATZ

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

CÉSAR EDUARDO LINDENMEYER

Diretor

GIOVANI FRANCISCO DA SILVA

Diretor